

LEILA CRISTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**DESEMPENHO DO CREDIGENTE NO MICROCRÉDITO
A MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DE
CAMPO GRANDE-MS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
- MESTRADO ACADÊMICO –
CAMPO GRANDE – MS
2007**

LEILA CRISTINA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**DESEMPENHO DO CREDIGENTE NO MICROCRÉDITO
A MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS DE
CAMPO GRANDE-MS E SUAS IMPLICAÇÕES NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local à Banca examinadora, sob orientação da Prof^ª. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

BOLSISTA CAPES

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
- MESTRADO ACADÊMICO –
CAMPO GRANDE – MS
2007**

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Profa. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco

Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho
Universidade Católica Dom Bosco

Profa. Dr. Ana Paula Correia de Araujo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico esta dissertação à minha filha Lorena, meu esposo Sandro e minha mãe Maria Antônia, que são fontes inesgotáveis de minhas forças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as minhas conquistas e minha perseverança.

Agradeço a minha filha, meu esposo, minha mãe e minha avó, que estiveram ao meu lado em todos os momentos dessa caminhada.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat, que em todos os momentos acreditou em mim e na minha capacidade de elaborar um bom trabalho, me ensinando, me amparando, me ouvindo, enfim, me conduzindo pelo fascinante caminho da aprendizagem de uma forma leve e sempre otimista.

Ao colega Rodrigo Mota Fernandes, meus sinceros agradecimentos, pois, juntamente com sua esposa Dani foram “iluminadores” desse meu caminho, sempre prontos a me ajudar com a benção infinita de Deus.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho, que me incentivaram, compreenderam minha ausência quando necessário e torceram pela minha conquista.

Agradeço ainda, a todas as pessoas que se envolveram direta ou indiretamente em meu trabalho, colaborando de forma valiosa, desde a pesquisa bibliográfica, coleta de dados, entrevistas e questionários aplicados. Em especial, agradeço ao Programa Credigente, da Prefeitura Municipal de Campo Grande MS, na pessoa do Sr. Ivan Neiva Júnior – Diretor do Departamento de Promoção ao Trabalho e Renda e da Srta. Cristina Rodrigues de Mendonça – Agente de Microfinanças, pelo valioso auxílio na elaboração de meu trabalho. Não poderia deixar de agradecer imensamente ao meu colega de trabalho Antônio Carlos Nunes Júnior, que com sua paciência, competência e sabedoria me ajudou nos momentos mais difíceis desse trabalho. E agradeço também aos colegas mestrandos, que por tanto tempo convivemos harmoniosamente na busca incessante pelo Desenvolvimento Local.

"Que a inspiração chegue não depende de mim. A única coisa que posso fazer é garantir que ela me encontre trabalhando."

Pablo Picasso

(1881– 1973)

RESUMO

Os micro e pequenos empreendimentos transformaram-se em principal abrigo da mão-de-obra desempregada oferecido no país, e sua sustentabilidade depende, entre outros, da superação de restrições creditícias de instituições bancárias tradicionais. Nesse sentido, vem emergindo no país o microcrédito como forma de política pública, no âmbito da Economia Solidária, cuja forma de implantação e resultados específicos no desempenho desses empreendimentos nos diversos territórios brasileiros ainda pouco se conhece. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o microcrédito como política pública, em nível nacional e estadual e, particularmente avaliar o desempenho municipal dessa política em Campo Grande, vista através dos princípios e ações estabelecidos pelo CREDIGENTE. Numa abordagem sistêmica, a metodologia de análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos coletados (de fontes primárias e secundárias) foi aquela que permitiu entender de um lado, a política do microcrédito do Credigente no contexto territorial do Município, revelado tanto na sua concepção de política pública, como na forma de agir junto aos tomadores de crédito e, de outro lado, compreender a territorialidade dos micro e pequenos empreendimentos, procurando-se as correlações entre as ações do banco e possíveis organizações de apoio com as necessidades dos empreendedores envolvidos. O trabalho permitiu observar que embora a concepção do microcrédito como política pública tem sido induzida da escala federal e estadual para a municipal. E, embora seja concebida de forma sistêmica, a execução das ações no aparelho administrativo do Município ainda ocorrem de forma fragmentada. A ação comunicativa entre os vários setores do Poder Público Municipal e mesmo desse com o Poder Público Estadual ainda é truncada, dificultando estratégias necessárias para atuar junto a esses tomadores de crédito. Desse modo, a demanda tem sido pulverizada e o crédito beneficia especialmente micro empreendimentos do setor informal em atividades de serviços e comércio, com tendência redistributivista e de formalização do setor. A oferta do crédito não tem levado em conta as aglomerações territoriais desses tomadores para promover políticas coletivizantes, capazes de gerar ações sinérgicas, de aprendizado e cooperação entre os tomadores de crédito.

Palavras-chave: MICROCÉDITO, TERRITORIALIDADE, DESENVOLVIMENTO LOCAL

ABSTRACT

The micro and small enterprises transformed in the main offered shelter to the unemployed labor in the country and its sustainability depends, among other things, from the overcome of the traditional credit bank restriction. The micro credit are emerging in Brazil as a way of public politics, in the Solidary Economy, whose form of specific implantation and results in the performance of these enterprises almost isn't well known at the many Brazilian places. The purpose of this research was to analyze the micro credit with public politics, at the regional and national level, and mainly to evaluate the municipal performance in Campo Grande, observed by principles and actions established by the CREDIGENTE. In a systemic approach, the complete analysis methodology of quantitative and qualitative informations (from primary and secondary wellsprings) permitted to understand the municipal politic of Credigente's micro credit reveled by his public politics conception and his form to act near by credit takers, and to understand the micro and little enterprises territoriality, looking for correlations between the bank actions and possible support organizations with the involved enterprisers necessities. This work permitted to observe that, although the micro credit conception as a public politics has been motivated from the federal and state scale to the municipal one and, although this conception is on a systemic form, the action execution in the municipal administrative organization still happens in the fragmented form. The communicative action among several Municipal Authority sections and other sectors, as for example, State Public Authority is still incomplete, raising difficulties to the necessary strategies to work near these credit takers. Because of this, the demand has been pulverized and the credit improves especially the informal micro enterprisers from commerce and service activities, with redistributive tendency and with sector formalization. The credit tender has not considered the territory agglomerations to foment collective politics, able to develop learning and cooperation synergic actions among the credit takers.

Key words: MICRO CREDIT, TERRITORIALITY, LOCAL DEVELOPMENT

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Estrutura de atendimento do Banco do Povo, 2006.....	49
Quadro 02 Formas de organização dos empreendimentos solidários em MS.....	56
Quadro 03 Motivo da criação dos Empreendimentos Solidários em MS	56
Quadro 04 Produtos dos Empreendimentos Solidários de MS.....	57
Quadro 05 Destino comercial dos produtos dos empreendimentos solidários de MS.....	58
Quadro 06 Condições de Financiamento do Credigente.....	69
Quadro 07 Incubadoras da Prefeitura Municipal em Campo Grande.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Pessoas envolvidas nos Empreendimentos Solidários por Gênero.....	57
Gráfico 02 Origem do financiamento nos empreendimentos solidários de MS.....	59
Gráfico 03 Destino do financiamento nos empreendimentos solidários de MS	59
Gráfico 04 Natureza do negócio dos tomadores de crédito do setor informal.....	76
Gráfico 05 Finalidade do crédito – setor produção.....	77
Gráfico 06 Finalidade do crédito – setor serviços.....	77
Gráfico 07 Finalidade do crédito – setor comércio.....	78
Gráfico 08 Sexo dos tomadores de crédito – setor produção.....	79
Gráfico 09 Sexo dos tomadores de crédito – setor serviços.....	79
Gráfico 10 Sexo dos tomadores de crédito – setor comércio.....	79
Gráfico 11 Faixa etária dos tomadores de crédito – setor produção.....	80
Gráfico 12 Faixa etária dos tomadores de crédito – setor serviços.....	80
Gráfico 13 Faixa etária dos tomadores de crédito – setor comércio.....	80
Gráfico 14 Escolaridade dos tomadores de crédito no setor informal de produção.....	81
Gráfico 15 Escolaridade dos tomadores de crédito no setor informal de serviços.....	82
Gráfico 16 Escolaridade dos tomadores de crédito no setor informal de comércio.....	82
Gráfico 17 Renda dos tomadores de crédito – setor produção.....	83
Gráfico 18 Renda dos tomadores de crédito – setor serviços.....	84
Gráfico 19 Renda dos tomadores de crédito – setor comércio.....	84
Gráfico 20 Condição de existência – Associação vendedores ambulantes.....	87
Gráfico 21 Condição de existência – Associação da feira central.....	88
Gráfico 22 Natureza da atividade – Associação vendedores ambulantes.....	88
Gráfico 23 Natureza da atividade – Associação da feira central.....	88
Gráfico 24 Sexo dos tomadores de crédito – Associação vendedores ambulantes.....	89
Gráfico 25 Sexo dos tomadores de crédito – Associação da feira central.....	89
Gráfico 26 Sexo dos tomadores de crédito – Sindicato dos mototaxistas.....	89
Gráfico 27 Faixa etária dos tomadores de crédito – Associação vendedores ambulantes.....	90
Gráfico 28 Faixa etária dos tomadores de crédito - Associação da feira central.....	90

Gráfico 29 Faixa etária dos tomadores de crédito – Sindicato dos mototaxistas.....	91
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCG - Agência de Desenvolvimento de Campo Grande

BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FUNSAT – Fundação Social do Trabalho

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização Não Governamental

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SICRED – Sistema de Crédito Corporativo

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

UNICRED – Instituição Financeira Cooperativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	19
1.1 ORIGEM E PARTICULARIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	20
1.1.1 Economia Solidária – fundamentos na cooperação e integração	21
1.2 IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CONTEXTO TERRITORIAL	24
1.2.1 O contexto territorial do desenvolvimento local	25
1.3 TERRITORIALIDADE DAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	26
1.3.1 Territorialidade das práticas de Economia Solidária	27
1.4 ORIGEM DO MICROCRÉDITO	30
1.4.1 Iniciativa em Bangladesh	30
1.5 MICROCRÉDITO NA ABORDAGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	32
1.5.1 Aspectos conceituais do Microcrédito.....	33
1.5.2 Princípios que regem a metodologia do Microcrédito.....	34
1.5.3 Microcrédito e Microfinança	36
2 CREDIGENTE NO CONTEXTO TERRITORIAL DAS INICIATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE MICROCRÉDITO.....	38
2.1 INICIATIVAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL	38
2.1.1 Microcrédito como iniciativa de ONGs	38
2.1.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	40
2.1.3 Cooperativas de Crédito.....	41
2.1.4 Sociedades de Fomento Mercantil.....	41
2.2 POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO AO MICROCRÉDITO NO BRASIL.....	42
2.2.1 Políticas normativas.....	42
2.2.2 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor	43
2.2.3 Ações diretas do Estado de fomento ao crédito.....	43
2.2.4 Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO).....	46

2.3 MICROCRÉDITO EM MATO GROSSO DO SUL.....	47
2.3.1 Política de Fomento ao Microcrédito: o Banco do Povo	47
2.3.2 Iniciativas de Economia Solidária no Estado	51
3 AÇÃO E IMPACTOS DO CREDIGENTE NOS TOMADORES DE CRÉDITO DE CAMPO GRANDE	62
3.1 PROGRAMA DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO E SOLIDÁRIO – CREDIGENTE	62
3.1.1 Órgão responsável pelo programa no Município: FUNSAT	63
3.1.2 Parceiros do Credigente	63
3.1.3 Conselho Deliberativo do Credigente	65
3.1.4 Comitê de Crédito	65
3.1.5 Grupo Executivo de Crédito	66
3.1.6 Público-alvo urbano.....	66
3.1.7. Fonte dos recursos	67
3.1.8 Linhas de crédito.....	67
3.1.9 Condições de financiamento	68
3.1.10 Taxas aplicadas aos valores financiáveis	69
3.1.11 Agente de microcrédito	69
3.1.12 Fluxograma operacional.....	70
3.1.13 Feira da Gente	71
3.2 NATUREZA DOS TOMADORES DE CRÉDITO DO CREDIGENTE	71
3.2.1 Micro empreendimentos que solicitam o crédito de forma individual.....	72
3.2.2 Microcrédito distribuído às micro e pequenas empresas por demanda coletiva.....	84
3.2.3 Perfil dos tomadores que solicitaram crédito coletivamente	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICE A.....	105
APÊNDICE B	106

INTRODUÇÃO

Com a reestruturação da economia ocorrida a partir das décadas de 1980 e 1990, as grandes empresas têm preferido repassar as produções que não agregam valor ao produto aos micro e pequenos empreendimentos. Por outro lado, as estratégias das grandes empresas em gestão de mão-de-obra e inovação nos processos de produção têm sido acompanhadas de perdas sucessivas de postos de trabalho (TORRENS, 2002). A mão-de-obra demitida, por seu turno, tende a buscar no pequeno negócio a saída para a sobrevivência.

Resposta a isso tem sido o aumento significativo do número de micro e pequenos empreendimentos, que no Brasil já representavam 99% das empresas formais em 2004 (SEBRAE). Desse modo, os micro e pequenos empreendimentos vêm se transformando no principal abrigo da mão-de-obra desempregada oferecido no país (60% do emprego formal segundo o IBGE entre 2000 e 2004), enquanto os empreendedores informais representavam 49% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira em 2000 (IBGE).

Mas o desenvolvimento e sustentabilidade desses empreendimentos dependem, entre outros, da superação das restrições creditícias (RAMOS, 1998). O crédito tem sido necessário, não só para permitir o acesso aos bens de produção na abertura do negócio, como para aumentar o capital de giro do mesmo.

Diante dos entraves burocráticos e altos custos de transação das operações bancárias que dificultam esse acesso, o microcrédito aparece como uma alternativa nesse sentido, por se tratar de uma forma de serviço financeiro mais adequado às necessidades dos micros empreendimentos.

A instituição pioneira de microcrédito foi o Grameen Bank de Bangladesh, fundado no início dos anos 1980, por iniciativa de um professor de Universidade da Índia, Muhamad Yunus. Um exemplo típico de microcrédito apresentado por Yunus (1997) era

aquele utilizado pelas mulheres de Bangladesh. Pela manhã, tomavam crédito de um *paikar*¹, compravam bambu, confeccionavam cestos vendidos ao longo do dia e, com o que recebiam, devolviam os empréstimos aos *paikars*. A sobra era suficiente apenas para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Disponibilizado posteriormente por várias instituições, especialmente ONGs, muito mais como uma política social do que econômica, o microcrédito vem se notabilizando por ser uma forma de atender à demanda daqueles pequenos negócios que não conseguem despertar o interesse dos bancos e que opera com regras específicas para esse fim (SILVA, 2002).

Para definir o marco legal do microcrédito de iniciativa da sociedade civil no país, foram criadas as figuras das SCMs (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor) e das OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), distinguindo o microcrédito do Sistema Financeiro Nacional e adequando a regulamentação dessa atividade ao conjunto da legislação brasileira que trata de questões importantes como a Lei da Usura, garantias de financiamento e a captação de recursos junto ao público (FUNSAT, 2006).

No mesmo contexto, porém, em âmbito governamental, foi instituído em 27 de setembro de 2002 o Credigente, um programa de microcrédito de caráter público, estruturado dentro da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT), fundação pública, com personalidade jurídica de direito público, destinado ao financiamento de empreendimentos de iniciativa de comunidades até então excluídas do acesso ao crédito tradicional e com o objetivo de promover a inclusão produtiva, gerar emprego e renda e melhorar o nível de bem-estar da população.

A preocupação desse trabalho foi conhecer o desempenho do CREDIGENTE como política pública de microcrédito a micro e pequenos empreendimentos de Campo Grande no que tange ao seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Nesse sentido, o objetivo geral desse trabalho foi analisar o microcrédito como política pública, em nível nacional e estadual e, particularmente avaliar o desempenho

¹ Yunus (1997) explica que *paikars* são comerciantes intermediários que emprestam dinheiro e também comercializam bambu.

municipal dessa política em Campo Grande, vista através dos princípios e ações estabelecidos pelo CREDIGENTE.

Buscou-se dois objetivos específicos:

- a) Verificar a origem e os princípios da política de Microcrédito no Brasil, no âmbito da Economia Solidária e sua manifestação em nível nacional e estadual;
- b) Identificar e avaliar como emergiu o CREDIGENTE em Campo Grande, a forma como foram estabelecidos os princípios, estrutura, público-alvo, assim como o desempenho dessa organização como política pública municipal.

O método de abordagem utilizado na pesquisa foi de natureza sistêmica, com análise integrada dos fenômenos estudados. Assim, a política do microcrédito passou a ser entendida como forma de desenvolvimento territorial, visto nas diferentes escalas (nacional, estadual e municipal), no contexto das relações econômicas, sociais e políticas do território local, observando-se as particularidades dessa iniciativa no território de Campo Grande.

Por seu turno, os micro e pequenos empreendimentos passaram a ser abordados como territorialidade e entendidos no contexto multidimensional (social, econômica, política e cultural) do território da cidade no qual se inserem, buscando-se as correlações entre as ações do banco e as necessidades dos empreendedores envolvidos, assim como de possíveis organizações de apoio.

A pesquisa foi de caráter exploratório, pois além do trabalho bibliográfico e documental inicial para captação das informações e do referencial teórico necessário à interpretação, foi prevista a coleta de dados em campo, tanto junto ao CREDIGENTE, um programa de microcrédito de caráter público, estruturado dentro da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT), fundação pública, bem como junto dos empreendimentos coletivos.

Na coleta de campo, além dos dados estatísticos e documentais obtidos em nível do governo federal e estadual e daqueles disponibilizados pelo próprio CREDIGENTE a respeito dos tomadores de crédito (fontes secundárias), foram utilizados dois tipos de instrumentos - o questionário e a entrevista- junto a três unidades coletivas tomadoras de crédito. A entrevista teve por princípio captar o processo das ações empreendidas pelo banco,

como também das condições em que ocorrem a solicitação do crédito. Para esse fim, foram selecionadas previamente as pessoas que apresentaram os requisitos considerados necessários para responder a esse tipo de indagação (critério qualitativo). Nesse caso, as informações obtidas permitiram evidenciar muito mais a percepção (subjetiva) desse fenômeno, tanto do lado dos agentes do banco como dos tomadores do crédito.

Os dados obtidos foram organizados e tabulados, levando em consideração as principais categorias de análise (banco e empreendimentos), dimensões da realidade territorial focada (social, econômica, política, cultural) e escalas territoriais (território dos micro e pequenos empreendimentos em Campo Grande). Esse material organizado foi interpretado com o suporte do referencial teórico-conceitual pesquisado, de modo a se confirmar ou rejeitar a hipótese levantada.

O trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a origem e os princípios do microcrédito no mundo e suas relações com o desenvolvimento local. No segundo capítulo procurou-se identificar a forma como o microcrédito foi inserido no Brasil, este nascido no âmbito da política de Economia Solidária, como em Mato Grosso do Sul definindo os critérios e princípios de sua política. Já no terceiro capítulo se contemplou a origem e estruturação do CREDIGENTE, o perfil dos tomadores de crédito e a forma de desempenho municipal em relação ao Microcrédito como política pública, seguida das considerações finais e referências.

1 MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O objetivo desse capítulo foi compreender o microcrédito em termos conceituais, a partir de definições e metodologias específicas para sua aplicação, no âmbito das transformações do mundo atual e da “Economia Solidária”, verificando suas relações com o desenvolvimento local.

No intuito de ampliar a compreensão desse fenômeno no atual mundo em rede, lançou-se mão, não só de uma abordagem sistêmica, como também territorial. Foi o caminho eleito para melhor contextualizar e ampliar a compreensão de uma iniciativa de política pública baseada no microcrédito, vista na complexidade e particularidade de uma realidade vivida, no caso a cidade de Campo Grande - MS, e, ao mesmo tempo, observar as interdependências dessa manifestação das outras escalas da realidade do mundo atual.

A abordagem sistêmica é entendida aqui, a partir de Capra (1982) como aquela que busca compreender o estado de interrelação e interdependência entre os fenômenos, seja na multidimensionalidade de uma mesma escala, seja na multiescalaridade hierárquica de diferentes escalas de organização da realidade do mundo atual.

Diante da conectividade de um mundo em rede, a antiga noção de Estado Territorial vem evoluindo para a noção pós-moderna de transnacionalização do território, num contexto em que o território vivido gera sinergias capazes de se conectar ao mundo e que nem sempre estão submetidas à regulação direta do território nacional (SANTOS, 1994). Desse modo, segundo esse autor, a política pública do Estado Territorial não se confunde mais com a política pública proposta na escala do território local, pois cada vez mais essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Desse modo, as políticas públicas precisam ser analisadas na particularidade da territorialidade local, esta vista por meio da relação social e cultural que um

determinado segmento da sociedade mantém com uma trama de lugares e itinerários de seu território vivido (BONNEMAISON, 2002). Na escala de organização territorial de um grupo, conforme lembra esse autor, é possível melhor se reconhecer e se familiarizar com a realidade vivida por um grupo e pelos indivíduos, embora se deva ter clareza de que territorialidade de um grupo não pode se reduzir apenas ao estudo de seu sistema territorial, pois o comportamento ali manifestado engloba, ao mesmo tempo, as relações internas e externas mantida nesse território. Daí, a importância que se dá a esse estudo, em se procurar aprofundar o conhecimento da política pública do microcrédito em escala local, mas em suas relações com outras escalas territoriais e com o sistema-mundo.

1.1 ORIGEM E PARTICULARIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A expansão agressiva da globalização torna cada vez mais pessoas descartáveis para o funcionamento da máquina de produção e consumo e contribui para a crescente exclusão social e desemprego (MANCINI, 2002).

No novo contexto da economia capitalista, o grande capital das pessoas que ofertam trabalho no mercado têm se constituído, sobretudo, no conhecimento atualizado, na competência profissional e em suas múltiplas habilidades.

Com efeito, a humanidade encontra-se hoje diante de um novo impasse, frente às novas feições assumidas pelo trabalho e às transformações profundas ocorridas nas formas de emprego, embora o trabalho ainda seja uma necessidade social para sua sustentabilidade. Tem sido recorrente o uso de artifícios para contornar os altos custos dos encargos trabalhistas, mas os insucessos criam maior dificuldade para absorver grande parte da população disponível para o trabalho.

Por esse e outros motivos, esses segmentos sociais de baixa renda acabam sendo fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural (GAIGER, 2003). Assiste-se, cada vez mais a um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, tais como camelôs, flanelinhas, ambulantes, e tantos outros empreendimentos normalmente voltados à reprodução da vida, de caráter individual ou familiar. E, de outro

lado, parte desse segmento marginalizado e de baixa renda acaba se amparando em programas exclusivamente assistencialistas de governo, implicando em alto grau de dependência.

As tentativas de garantir os meios de subsistência de uma massa empobrecida de trabalhadores na sociedade capitalista com base na economia solidária não são características apenas do momento em que vive a sociedade capitalista. Em realidade, segundo Gaiger (2003), esse tem sido um esforço antigo, que data pelo menos do século XIX, vindo de intelectuais socialistas utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas. Estes buscaram já naquele século propor formas comunitárias e democráticas de estruturar o segmento social empobrecido para o trabalho. Para Singer (2000) a economia solidária teria sido iniciativa dos próprios operários do capitalismo do século XIX, como forma de responder à pobreza e ao desemprego. Para ele, as cooperativas surgiram como meio de recuperação do trabalho e da autonomia econômica.

1.1.1 Economia Solidária – fundamentos na cooperação e integração

Na sociedade capitalista, os valores humanistas foram suplantados por aqueles do desenvolvimento tecnológico, do qual passaram a fazer parte a busca da eficiência e produção máxima (FROMM, 1987). A ética do capitalismo privilegia os resultados financeiros em detrimento do bem estar da sociedade, além de estimular a competitividade no lugar da cooperação. Criou-se, portanto, um grande distanciamento entre os padrões de eficiência e os valores humanos e sociais.

A Economia Solidária foi proposta no sentido de reverter cada vez mais uma tendência da sociedade capitalista da exclusão social. Para La Ville (1994) a economia solidária tem como princípio organizativo o laço social valorizado por meio da reciprocidade e que implica em formas cooperativas e associativas de viver. Traz na base de sua preocupação o fim do grande fosso existente entre a dimensão econômica e social proporcionado pela economia capitalista. Para Gaiger (2003), a cooperação torna-se o elemento motor dessa racionalidade econômica, pois é a partir dela que se pretende sustentar os empreendimentos dos trabalhadores.

Ela tem sido entendida no âmbito do conceito de solidariedade, em termos de laços de reciprocidade entre pessoas, num ato cooperativo voluntário em que por meio da integração cada uma e o conjunto se fortalecem. Por esse princípio parte-se de uma visão

antagônica àquela que deu origem à tradicional economia capitalista, na medida em que não tem como base o lucro e nem a competitividade e interesses individuais como forma de organizar a economia e satisfazer as necessidades humanas.

1.1.1.1 Modo de produção capitalista ou socialista?

Os fundamentos e os traços da economia solidária atraem intelectuais da esquerda que reconhecem neles a manifestação dos ideais históricos das lutas operárias e dos movimentos populares e os transformam em bandeira de luta estratégica para conter a pobreza (GAIGER, 2003).

Entretanto, algumas reflexões mais aprofundadas nas iniciativas de economia solidária vêm demonstrando que a lógica dessa economia distingue-se não só do mercado capitalista como também daquela preconizada pelo socialismo.

Do ponto de vista político, ela foge do princípio de autoridade central de governo, para enaltecer o fortalecimento das coletividades locais que se relacionam por meio de reciprocidade (LA VILLE, 1994). Em realidade se trata de uma nova postura política que substitui as formas verticalizadas de poder nacional por relações mais horizontalizadas de poder local. Nesse sentido, a Economia Solidária, segundo La Ville (1994), é uma iniciativa de articulação entre as dimensões da economia, sociedade e política, que haviam sido separadas pela visão mecanicista dos adeptos da economia capitalista industrial e financeira.

Confundida com o conceito de Economia Social que emergiu no início do século XIX como proposta de uma sociedade igualitária se opondo à sociedade desigual do capitalismo, a Economia Solidária se inspira em muitos de seus princípios e regras. Sua distinção da Economia Social está no fato desses princípios e regras serem aplicados em sociedade capitalista de sujeitos desiguais, não sendo suas iniciativas suficientes para definir uma sociedade igualitária e sim para permitir aos seus beneficiários o protagonismo numa forma de trabalho social menos dependente (LECHAT, 2002).

França (2002) vê a Economia Solidária, como proposta de vida social e de trabalho, numa situação intermediária entre as esferas do Estado e do mercado, proporcionando produção e distribuição de riquezas, portanto gerando emprego e renda. Para

Gaiger (2003) não haveria essa situação, uma vez que se assim fosse, seria encarada como transição e isto significaria uma passagem de um modo de produção para outro. Por outro lado, para Gaiger (2003), existem empreendimentos econômicos solidários que são frutos da combinação entre o espírito empresarial e o espírito solidário. Segundo esse autor, a Economia Solidária, na forma como se expressa, diferencia-se tanto da racionalidade capitalista como da racionalidade da sociedade igualitária. Para ele a Economia Solidária seria a manifestação de uma forma social de produção específica, que se contrapõe aos princípios do capitalismo, mas tenta com ele conviver.

1.1.1.2 A lógica do conceito

Ao associativismo e cooperativismo, pautados na cooperação, estão relacionados outros princípios que ajudam a melhor definir a Economia Solidária: a valorização do ser humano na reprodução da vida, com maior igualdade e maior autonomia diante de processos alienantes por meio de autogestão dos processos de produção, consumo e comercialização de bens e serviços. A perspectiva é a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável que favoreça a emergência de atores coletivos protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Portanto, nos princípios desse conceito, conforme Nascimento (2000) estão embutidos também a idéia de combate à exclusão social, dos compromissos do poder público com a democratização do poder, riqueza e saber, assim como do estímulo à formação de alianças estratégicas entre organizações populares.

Desses princípios vêm derivando várias iniciativas e abordagens - finanças solidárias, comércio justo de bens e serviços, agricultura sustentável, produção associativa, comércio eqüitativo e solidário, gestão participativa, diálogos interculturais, sistemas de trocas solidárias – como verdadeiros códigos de conduta para a justa implementação da economia solidária (NASCIMENTO, 2000).

1.2 IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CONTEXTO TERRITORIAL

Os princípios da Economia Solidária, como se tenta apresentar aqui, estão estreitamente relacionados ao conceito de “desenvolvimento local”, também considerado por alguns pensadores como um novo modelo de desenvolvimento, que não segue os pressupostos do capitalismo e nem do socialismo, mas um caminho próprio, com princípios que lhes são particulares.

O enfoque no Desenvolvimento Local também se deu influenciado pelos impactos negativos da globalização, buscando um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais, a partir de suas potencialidades e identidades construídas socialmente.

De acordo com Martín (1995), citado por Ávila (2000), Desenvolvimento Local constitui-se num processo reativador da economia e da sociedade local, mediante o uso eficiente e estratégico dos recursos endógenos disponíveis no território por seus atores, capaz de estimular promover qualidade de vida coletiva. Portanto, é concebido como um processo de transformação, social, cultural, econômica e política, por meio do qual a coletividade local constrói um novo padrão de vida, ao mesmo tempo em que afeta as outras dimensões da vida a ele diretamente interligados.

A idéia de Desenvolvimento Local parte do rompimento de amarras que prendem tais atores à sua situação vivida. E exige como pressuposto de desenvolvimento a melhoria de suas capacidades, competências e habilidades como uma “comunidade definida” para empreender a mudança. Nesse sentido, o autor aponta ainda importância da identidade social e histórica dessa coletividade devidamente localizada em seu território, originária de uma história e interesses comuns. Nesse processo a cultura da solidariedade, ou seja, da cooperação, torna-se fundamental.

Ainda segundo o autor, a solidariedade e aperfeiçoamento dos saberes (capacidades, competências e habilidades) numa coletividade de mesma identidade social e histórica favorecem o protagonismo desses atores coletivos, no sentido de se tornarem paulatinamente cada vez mais aptos discernir e assumir rumos alternativos para o futuro, assim como gerenciar tais caminhos alternativos. Isso significaria construir ainda capacidades,

competências e habilidades para diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, entre outros.

Gallichio e Camejo (2005) demonstram um contraponto importante à visão de desenvolvimento local que enfatiza dinâmicas de *empresarização*. Para eles, o desenvolvimento local é entendido como um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos, e, sobretudo, capacidade de construção e criação, o qual implica ir construindo, em cada etapa, estas condições ao nível do território e sua articulação com o global. Buscam assim, distinguir-se de outras práticas que se limitam a incorporação de metodologias e técnicas de intervenção afins, mas que não supõem processos de longo prazo, implicando que tampouco se modifiquem substancialmente as formas de implementação e a sustentabilidade de processos.

Os saberes desenvolvidos deve se voltar para o discernimento, não só a respeito dos recursos potenciais disponíveis - sejam locais e externos, públicos ou privados – como também de como melhor utilizá-los para a busca de soluções para seus problemas, necessidades e aspirações. Assim, fazer o uso estratégico dos potenciais ali presentes pela coletividade local, quase sempre necessita de ajuda de agentes internos e externos. Esses podem ajudá-la a se inserir socialmente num mundo de hoje em que a exclusão é evidente.

Observa-se, portanto, a partir do núcleo conceitual de desenvolvimento local uma convergência de princípios, especialmente no que tange à cooperação e protagonismo de atores coletivos, integrados, na busca de sinergia e empoderamento.

Nesse sentido, a Economia Solidária aparece como uma iniciativa de desenvolvimento local. Trata-se de uma iniciativa coletiva e que se dá em um determinado território vivido pelos atores.

1.2.1 O contexto territorial do desenvolvimento local

O território, como já foi apontado, é fruto de construção social e de uma identidade social e histórica. Ele resulta de todo processo construído por uma dada comunidade/ sociedade em um dado substrato físico de referência (SOUZA, 1995), incluindo

um sistema constituído pelo modelo e funcionamento da própria organização social e política, com a estrutura das obras humanas de origem material - edificações, infra-estrutura, artefatos - e imaterial - símbolos, crenças, valores, regras, saberes.

De fato, o ser humano nas relações estabelecidas entre si e com o meio em que vive, acaba construindo sua unidade social do ponto de vista material e imaterial, impregnando-se mentalmente do modelo construído (LE BOURLEGAT, 2007). E é esse modelo abstraído de espaço – tempo e os saberes construídos e que fazem parte da cultura territorial local, o contexto em que cada indivíduo e coletividade apreendem seu próprio mundo e propõe mudanças.

O território construído socialmente é onde a vida se expressa em suas várias dimensões e escalas (LE BOURLEGAT, 2000). Assim visto como sistema pode ser apreciado em seus vários subsistemas ou dimensões - social, econômico, político, simbólico, ambiental - e escalas - local, regional, estadual, nacional. Cada território tem a sua singularidade e é nele que ocorrem as oportunidades de mudança. E como ele vive num processo interativo com outros lugares e o mundo em rede, torna-se fundamental conhecê-lo em suas particularidades, dadas pelas interações ocorridas internamente, combinadas com as informações de origem externa. Para essa autora, as possibilidades de um mundo globalizado se efetivam diante da força local, resultante da sinergia entre as várias dimensões internas em combinação com forças externas, discernidas e controladas pelos atores no lugar de vida.

1.3 TERRITORIALIDADE DAS PRÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No nível prático, a Economia Solidária se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas à reprodução da vida, por meio das diversas formas de cooperativas de produção, de serviços de crédito e de consumo, associações, bancos comunitários e diversas organizações comunitárias.

Essa articulação de diversos atores vai além, na medida em que apontam para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado (MANCINI, 2002).

1.3.1 Territorialidade das práticas de Economia Solidária

No território vivido, cada dimensão construída diz respeito a uma forma de territorialidade, uma vez que expressa o sistema de relações estabelecidas entre os atores e desses com seu ambiente vivido manifestando através dele seu modo de ser, ou seja, de se organizar e de atuar.

Visto assim, as iniciativas de Economia Solidária precisam ser compreendidas no contexto do território vivido de seus atores. Por outro lado, cada iniciativa também constrói seu próprio território, que se manifesta como uma dimensão econômica do território vivido. Conforme alerta Raffestin (1993), cada território nasce da iniciativa de uma rede articulada de atores voltada à realização de um projeto comum. Nesse caso, a iniciativa de Economia Solidária, congrega um conjunto de atores que estabelecem processos de interação e interdependência entre si com uma mesma finalidade e, portanto, constitui território e se manifesta como territorialidade.

Nesse sentido, cada prática de Economia Solidária deve ser compreendida no contexto do território em que se insere e ser interpretada como territorialidade econômica, apontando-se suas especificidades no modo de se organizar e de funcionar.

O território das práticas de Economia Solidária foi construído tendo como contexto as mudanças econômicas da globalização e as políticas públicas do governo federal.

No âmbito do SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego) a Economia Solidária passou a ser compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária, transformando o trabalhador em capitalista, o qual se transforma em protagonista da sua história (SINGER, 2006).

1.3.1.1 Origem do movimento de Economia Solidária no Brasil

O movimento de Economia Solidária manifestou-se no bojo das grandes transformações sócio-econômicas ocorridas a partir da década de 1980, como alternativa de superação do impacto, sobretudo da reestruturação produtiva da economia industrial, que havia proporcionado desemprego e exclusão social.

Os primeiros empreendimentos solidários no Brasil emergiram na década de 1980 e tornaram-se mais comuns a partir da metade da década de 1990. As primeiras experiências teriam ocorrido, de acordo com Singer (2000), como resultado do apoio de assessores sindicais a operários que se apossaram da massa falida de empresas, assumindo seu controle administrativo, com o objetivo de manter os empregos e a renda dos trabalhadores. Entretanto, vários outros fatores foram contribuindo para que novas iniciativas se desenvolvessem ao longo dos anos de 1990. Houve ampliação drástica dos índices de desemprego, além de precarização das relações trabalhistas (CRUZ, 2001) num processo acelerado de exclusão social e miséria para um forte contingente de trabalhadores recém liberados do campo para as cidades. Assim, no Brasil, a expansão das iniciativas de economia solidária deu-se principalmente como estratégia de inclusão social e saída para os graves problemas de mão-de-obra desocupada e submetida à baixa-renda, no sentido de combinar o fortalecimento de medidas comprometidas com a redistribuição de renda com aqueles de emancipação social, política e econômica (POCHMAN, 2004).

1.3.1.2 Política pública federal de fomento à Economia Solidária

Em 1995, foi criado o Conselho da Comunidade Solidária, diretamente ligado ao gabinete da presidência da República, inaugurando um novo tipo de política social de tipo não assistencialista no Brasil, voltada para o combate a pobreza e para a promoção do desenvolvimento de municípios pobres (de IDH mais baixo). Nasceu apoiado na articulação do Estado com a iniciativa privada e o terceiro setor. Por meio das políticas emanadas desse conselho, entre elas a do Desenvolvimento Local e Sustentável (DLIS), buscou-se incentivar o envolvimento das comunidades e autonomia de gestão. Outro programa de destaque foi o “Capacitação Solidária (CAPASOL)” em 1996 focado na qualificação profissional de jovens de 16 a 21 anos e no fortalecimento e gestão das organizações da sociedade civil (ONGs) e dos microempreendimentos. Exerceu papel importante no incentivo às iniciativas locais de

economia solidária Programa de Geração de Emprego e Renda para Micro e Pequenos Empreendimentos (PROGER) ² e Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) ³, ambos como resultado do acordo de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro, através do Ministério da Integração Nacional (MI) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU), com a interveniência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o apoio técnico do Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo (IATTERMUND).

1.3.1.3 Territorialidade das práticas em escala nacional

Nos últimos anos, a Economia Solidária continuou a se expandir de forma muito rápida e abrangente, surgindo várias iniciativas no cenário nacional. Em 2005, o Ministério do Trabalho e Emprego registrou 14.954 empreendimentos econômicos solidários em 41% dos municípios brasileiros. A concentração maior estava na região Nordeste (44% do total), foco principal dos programas emanados do Conselho da Comunidade Solidária, ficando o restante (56%) distribuído nas demais regiões: Sul (17%), Sudeste (14%), Norte (13%) e Centro-Oeste (12%).

Além da iniciativa de operários assumindo de forma cooperativa a massa falida de empresas visando se garantir os postos de trabalho emergiu organizações de atividades econômicas pouco exigentes em qualificação profissional abrigoando a mão-de-obra excluída do sistema econômico, estas quase sempre com apoio de organizações religiosas e ONGs (WEBERING, 2005).

As diferentes iniciativas se expandiram e ganharam visibilidade, através de redes e organizações em nível nacional. Dessa articulação surgiu, em 2001, o primeiro Grupo de Trabalho que organizou as atividades da Economia Solidária no Fórum Social Mundial. Essa articulação fortaleceu a identidade do movimento e desse grupo de trabalho, que acabou

² Pelo PROGER foi iniciado um trabalho de qualificação profissional de trabalhadores urbanos e rurais com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

³ Esse programa tem por objetivo reduzir o desemprego e o subemprego em comunidades urbanas e rurais, por meio da capacitação massiva das pessoas desempregadas ou subempregadas para a sua organização social e produtiva e a geração de postos de trabalho e de renda, potencializando os recursos e vocações econômicas das comunidades.

formulando e propondo políticas públicas ao novo governo federal, nas eleições de 2002 (Idem, 2005).

Durante o III Fórum Social Mundial de 2003, ocorrido em Porto Alegre, o novo governo empossado anunciou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério do Trabalho. Dessa iniciativa do governo federal, no mesmo ano ocorreu o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que passou a se responsabilizar pelas políticas públicas de fomento à Economia Solidária.

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi idealizado em 2003, mas só foi criado oficialmente no final de 2006, voltando-se especificamente para formulação de políticas públicas⁴ de regulação e financiamento para consolidar a economia solidária como alternativa de desenvolvimento.

1.4 ORIGEM DO MICROCRÉDITO

1.4.1 Iniciativa em Bangladesh

A origem do microcrédito teria ocorrido, em 1974, por iniciativa de Mohamed Yunus, professor universitário de Bangladesh. Segundo relata o próprio Yunus (1997), ele teria tomado conhecimento nessa data, mediante trabalho de campo realizado por seus alunos, que a maioria dos habitantes da pequena aldeia de Jobra vivia de maneira subumana, ou seja, ganhava pela atividade que exercia menos de US\$ 1,00 por dia. Muitas famílias da aldeia trabalhavam de forma autônoma – artesão, marceneiros, artífices – e suas atividades requeriam matéria-prima e, conseqüentemente, dinheiro para adquiri-las. Como não dispunham de recursos, recorriam aos agiotas locais pagando taxas de juros de 20% a 25% ao dia. Parecia lógico para Yunus que o problema poderia ser resolvido se ele pudesse atrair a atenção de um banco e o estimulasse a conceder crédito, a taxa menor, à população de baixa renda. Porém, depois de muito procurar, chegou à conclusão que essa clientela não interessava aos bancos de Bangladesh, que se justificavam dizendo que as pessoas não tinham

⁴ O conselho foi constituído por 55 membros: 19 entidades do governo federal, 20 representantes de empreendimentos de economia solidária e 17 organizações da sociedade civil.

garantias a oferecer e que o crédito com valores pequenos era oneroso, não cobrindo o custo operacional da instituição (YUNUS, 1997).

Após algumas tentativas em criar formas de empréstimos a famílias de pequenos produtores, com seus próprios recursos, Yunus acabou lançando o Grameen Bank, com empréstimos feitos de forma associativa e solidária, como alternativa de desenvolvimento social.

Hoje, o princípio do Grameen Bank encontra-se disseminado em vários países, conhecido como microcrédito, tendo-se tornado uma solução factível e real de combate à pobreza e inclusão social (YUNUS, 1997). Além disso, inclui a prática da solidariedade e da consciência comunitária, uma vez que o agente de crédito atua como conselheiro, consultor, educador e fiscal. Na maioria das vezes esse agente pertence à comunidade, e isso facilita o seu trabalho na seleção dos micro-empresendedores e na formação dos grupos solidários.

Embora chamado de microcrédito, trata-se de uma idéia macro e constitui-se hoje em uma nova tendência mundial, tem entre seus princípios básicos, a sustentabilidade e o enfoque na população produtiva pobre, com valores compatíveis com a real necessidade e capacidade de pagamento do público-alvo e pouca burocracia. Na verdade, o que o microcrédito propõe é uma relação de confiança entre o cliente e a organização financeira, que envolve o conceito de solidariedade e de credibilidade para ambas as partes.

Entretanto, na visão que rege alguns programas de microcrédito ainda ocorre o equívoco de que o público-alvo é de alto risco, representando quase sempre negócios instáveis e não oferecendo segurança para retorno do capital a ser financiado. Dessa forma, por vezes exigem-se garantias e histórico de crédito, tomando-se por base, o sistema financeiro tradicional, o que contraria os princípios estabelecidos para essa modalidade de crédito e impede que ele se torne um instrumento para alívio da pobreza.

Conforme Yunus (1997) é preciso construir e criar instituições para ajudar os empresários, pois são eles que fazem as coisas acontecerem. Ainda de acordo com o autor, todo ser humano é um empresário em potencial e como todos podem ser empresários, precisam então de instituições financeiras diferentes das tradicionais. Dessa forma, o crédito deve ser aceito como um dos itens dos direitos humanos, porque tudo o que precisa ser feito necessita de dinheiro.

O agente operador desse modelo de programa precisa romper alguns paradigmas e criar uma nova cultura de crédito, abrindo efetivas possibilidades de acesso aos empreendedores excluídos, que lhes permitam reverter à própria situação de desigualdade, uma vez que o pobre não precise de caridade, mas de oportunidade.

Como aponta Borba (2000) *apud* Joyal e Martinelli (2004), globalização, risco, tradição, família e democracia são conceitos que devem estar no cerne do pensamento geral. O modo que se traduz para a política ou para os governos é um caminho que vai além de uma alternativa entre a tradicional social-democracia e o neoliberalismo. Trata-se de dar uma resposta a todas essas mudanças em que a imprevisibilidade do mundo globalizado é um problema estrutural.

Convencida da importância das iniciativas de microcrédito para ajudar a sanar a questão da pobreza e desigualdade social no mundo, em 2005, a Organização das Nações Unidas (ONU) designou o “Ano Internacional do Microcrédito”. O objetivo foi unir estados membros, agências das Nações Unidas e instituições de microfinanças no interesse comum de construir um sistema financeiro inclusivo e sustentável para alcançar as Metas do Milênio.

1.5 MICROCRÉDITO NA ABORDAGEM DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dentre as várias iniciativas e abordagens da Economia Solidária está o microcrédito. Proposto por Bancos Populares, o microcrédito tem se apresentado como mais uma alternativa apontada para micro e pequenas empresas do setor formal e informal, com dificuldades de acesso ao crédito ao sistema bancário tradicional. Embora não seja o único elemento de promoção do desenvolvimento sustentável desse segmento da economia, o microcrédito vem se mostrando como uma ferramenta viável na busca e promoção da inclusão social, na medida em que estimula e dinamiza empreendedores de micro e pequenos negócios, permitindo a ampliação em renda e geração de emprego.

1.5.1 Aspectos conceituais do Microcrédito

São muitas as formas de definir efetivamente o microcrédito. Muitos o vêem simplesmente como um instrumento financeiro caracterizado por empréstimos de valores relativamente pequenos aos empreendedores de baixa renda, que geralmente vivem da economia informal. Entretanto, alguns outros o entendem de forma mais ampla, incluindo nessa abordagem também a forma como o tomador tem acesso ao crédito, ou seja, a metodologia específica utilizada para esse fim. Nesse último caso está incluído Barone (2002, p. 11) que assim define o microcrédito:

concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e micro empresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

No Brasil, a abordagem de Barone (2002) tem sido incorporada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que define o microcrédito, não só como uma modalidade de financiamento a micro e pequenos negócios, como da metodologia própria da qual se utiliza, voltada ao perfil e às necessidades dos mesmos. De acordo com o SEBRAE (2004), o maior desafio do poder público e da sociedade brasileira tem sido estabelecer normas e meios através do crédito produtivo que promovam o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, na geração de emprego e renda para as populações mais pobres.

Tradicionalmente, o crédito é fornecido com uma análise feita principalmente em relação à situação sócio-econômica do cidadão, onde pesa a avaliação subjetiva relativa às intenções e potencialidades do cliente. No microcrédito, há necessidade de uma pessoa especializada neste empreendimento, um agente de crédito, que vai até o cidadão-cliente conhecer sua real situação e seus interesses empreendedores. O sistema tradicional está calcado na agência, em suas normas e procedimentos de crédito e nesse caso é o cliente vai até o banco.

1.5.2 Princípios que regem a metodologia do Microcrédito

De acordo com o Conselho da Comunidade Solidária (2002), o microcrédito apresenta uma metodologia regida por alguns princípios que lhes atribuem especificidade, mencionados a seguir:

1.5.2.1 Crédito Produtivo

O microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e a micro empresa. Portanto, está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo.

1.5.2.2 Ausência de garantias reais

O microcrédito não trabalha com garantias reais. A concessão de crédito a empreendedores de baixa renda, que não têm garantias reais para respaldá-lo, tem sido atendida pelo microcrédito de duas maneiras. A primeira é o aval solidário (ou fiança solidária), que consiste na reunião, em geral, de três a dez pessoas com pequenos negócios e necessidades de crédito, que confiam uma nas outras para formar um grupo solidário, com o objetivo de assumir as responsabilidades pelos créditos de todo o grupo.

A outra opção para aqueles que não querem participar do aval solidário é a apresentação de um avalista/fiador que preencha as condições estabelecidas pela instituição de microcrédito.

1.5.2.3 Crédito Orientado

O caráter informal de grande parte dos pequenos negócios, o valor reduzido das operações de microcrédito, a ausência de garantias reais nas operações e a formação sócio-cultural dos pequenos empreendedores requerem procedimentos específicos no processo de concessão de microcrédito.

O tomador de microcrédito nem sempre vislumbra o crédito como investimento no seu ramo de negócio e, em alguns casos, tem receio de se endividar. Assim, torna-se fundamental que seja concedido de forma assistida, o que é feito pelo Agente de Crédito. A postura do agente de Crédito, suas atitudes, linguagem e abordagem devem levar aos pequenos empreendedores as informações e orientações essenciais para êxito do negócio.

O trabalho do agente de Crédito, resumidamente, começa com uma entrevista com o pretendente ao microcrédito, no local do empreendimento, muitas vezes sua própria moradia. No diálogo com o cliente, o Agente de Crédito faz o diagnóstico da situação financeira e dos aspectos gerenciais do negócio, dimensionando a viabilidade do crédito a ser concedido. A utilização de índices financeiros, planos de investimento, fluxos de caixa e outros instrumentos fazem parte do processo de avaliação. De um modo geral, para empréstimos de valor muito baixo essa análise quantitativa é simplificada, com destaque para confiabilidade do empreendedor, o plano de investimento e o fluxo de caixa.

1.5.2.4 Crédito adequado ao ciclo do negócio

Embora sejam grandes as diferenças entre os negócios apoiados, algumas características são comuns às operações de microcrédito, quais sejam:

- a) Empréstimos de valores pequenos: em média de R\$ 1.000,00.
- b) Prazos de pagamentos curtos: semanais, quinzenais e, mensais.
- c) Caracterização como linha de Crédito: possibilidade de renovação.
- d) Empréstimos com valores crescentes: de acordo com a capacidade de pagamento, até o limite estabelecido pela política de crédito da instituição.

O fato de o tomador de microcrédito vivenciar a obtenção, a administração e a liquidação de diversos créditos, aumenta a confiança e a motivação em relação à possibilidade de crescimento do seu negócio, além disso, a instituição de microcrédito ganha sustentabilidade e escala nas operações.

1.5.2.5 Baixo custo de transação e elevado custo Operacional

A decisão de fazer um empréstimo, do ponto de vista do pequeno empreendedor, esbarra na ausência de tempo (deixar o local de trabalho) e recursos (garantias) para negociá-lo. Por isso, o empreendedor de baixa renda busca reduzir ao máximo os custos de transação que, para ele, podem pesar mais do que o custo financeiro.

O uso de tecnologia micro-financeira adequada é imprescindível às instituições de microcrédito. Essa tecnologia consiste na utilização de ferramentas gerenciais e organizacionais atualizadas, com sistemas integrados de informações financeiras e contábeis, que elevam a sua eficiência e produtividade e reduzem seus custos administrativos e operacionais.

1.5.2.6 Ação econômica com forte impacto social

O impacto positivo do microcrédito nas situações de pobreza é amplamente reconhecido, ao permitir o acesso continuado ao crédito para negócios com capital próprio mínimo (razão pela qual não alcançaram empréstimos junto ao sistema financeiro tradicional e pagam juro muito elevado), fortalece-se o empreendimento e aumenta-se a renda das famílias. Desse processo, muitas vezes, resulta à volta do filho para a escola, a construção de novos cômodos na casa e a melhoria da qualidade da alimentação familiar.

1.5.3 Microcrédito e Microfinança

Há uma tendência em se confundir o conceito de microcrédito com microfinança, entretanto as diferenças conceituais são fundamentais, uma vez que nelas estão incluídos os motivos e a forma como os dois tipos de empreendimento operam na prática.

Nesse sentido, Passos et al (2002), contribui para a distinção entre os sentidos dos dois termos. O microcrédito faz parte da microfinança, sendo que esta tem um significado mais amplo.

Microcrédito implica numa metodologia específica de acesso ao crédito, enquanto que Microfinanças inclui não só no acesso ao crédito, como também e aos demais serviços financeiros e o aborda como um dos direitos fundamentais do homem (PASSOS et al, 2002).

Desse modo, os programas de microcrédito fornecem principalmente um tipo de serviço, ou seja, a distribuição de empréstimos e coleta, enquanto que os programas de microfinanças fornecem diversos serviços financeiros e organizacionais, entre eles o crédito, mas também outros, como poupança, seguro e desenvolvimento da comunidade.

É preciso atentar, segundo Passos et al (2002) que o microcrédito não se define pelo baixo valor do crédito concedido e sim pela sua focalização em pobres ou empreendedores de baixa renda, sem acesso ao crédito formal tradicional.

O Microcrédito é uma política de desenvolvimento não lucrativa e que depende de suporte externo a determinados grupos sociais excluídos. Já as Microfinança envolvem captação de poupança e prestação de vários outros serviços financeiros, aguardando um retorno de auto-sustentabilidade do sistema.

2 CREDIGENTE NO CONTEXTO TERRITORIAL DAS INICIATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE MICROCRÉDITO

O objetivo desse capítulo foi compreender a iniciativa de constituição do microcrédito, no contexto territorial das iniciativas e políticas públicas, tanto em escala nacional como estadual, para melhor contextualizar as características da estrutura e funcionamento desse banco popular em Campo Grande.

2.1 INICIATIVAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

No Brasil, o microcrédito foi introduzido, por diferentes iniciativas, desde ONGs, cooperativas de crédito, OSCIP até por Sociedade de Fomento mercantil.

2.1.1 Microcrédito como iniciativa de ONGs

O Brasil foi um dos primeiros países no mundo a experimentar o microcrédito para o setor informal urbano. As primeiras iniciativas partiram de organizações não-governamentais e, portanto sem fins lucrativos, no âmbito da economia solidária. Alguns exemplos podem ser citados como iniciativas bem sucedidas, tanto no Nordeste como no Sul do país.

A primeira experiência em microcrédito no Brasil, segundo Barone (2003) surgiu em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa de uma ONG, a *Accion International* (AITEC) que fez parceria com entidades empresariais e bancos locais: a “União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)”. Acabou desaparecendo em 1991 por não ter incorporado conceitos e práticas que permitissem sua autosustentabilidade (SEBRAE, 2004).

O “Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS)”, fundado em 1987 em Porto Alegre, foi a primeira organização formal em microcrédito no Brasil. Tratava-se de uma ONG que contava com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento / BID e da Inter-American Foundation / IAF para a composição inicial do fundo de recursos para empréstimos. Esse centro acabou se multiplicando em vários Estados brasileiros.

Em 1989, também foi fundado o “Banco da Mulher” na Bahia, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial, filiando-se ao Women's World Banking, atuante em diversos países. O Banco da Mulher buscou se basear na metodologia de Grupos Solidários. Inicialmente atendia apenas ao público feminino, incorporando depois a clientela masculina. Essa organização também se disseminou por vários Estados brasileiros.

Já a Instituição Comunitária de Crédito (PORTOSOL) nasceu em 1995, por uma parceria entre a Prefeitura de Porto Alegre e a sociedade civil. Passou a receber recursos financeiros da Prefeitura de Porto Alegre, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e de instituições nacionais e internacionais, como SEBRAE, BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e Inter-American Foundation (IAF).

Também é preciso destacar o aparecimento do VivaCred, em 1996. Surgiu como uma ONG localizada na favela da Rocinha- RJ, por iniciativa do Movimento Viva Rio. Contou com o apoio do BNDES, Fininvest e SEBRAE e espalhou várias agências na referida favela.

Outro exemplo desse tipo de ação foi o Banco de Soluções Empresarial Ltda (BANSOL) na Bahia, criado em 2001. Nasceu com o intuito de fomentar os micro-empresendedores daquele estado (formais e informais) a ter acesso ao crédito bancário e, assim contribuir com o melhor padrão de vida da população. O BanSol acabou se transformando em uma associação autogestionária, inserida na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em parceria com duas outras instituições universitárias e uma incubadora, composta por estudantes, professores e profissionais. A meta foi fomentar a Economia Solidária na região

metropolitana de Salvador – Bahia, apoiando pessoas físicas e jurídicas, no acesso aos serviços de levantamento de direitos creditícios, tanto de natureza pública como privada.

Em 2001, o SEBRAE deu início ao seu programa de “Apoio ao Segmento de Microcrédito”, que dá suporte à criação e fortalecimento de organizações de microcrédito, desde que adotem os princípios de independência e auto-sustentabilidade.

No conjunto, as várias iniciativas brasileiras se utilizaram como principal justificativa de existência, a geração de emprego e renda e inclusão social, com foco no atendimento de grupos sociais com baixa ou nenhuma inserção social no mercado formal da economia. Entretanto, conforme afirma Sant’Ana (2001), com algumas exceções, efetivamente os maiores beneficiários dessas iniciativas acabaram sendo indivíduos e grupos que já gozavam de alguma inserção no mercado.

2.1.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) passaram a existir, reguladas pela Lei n.º 9.790/99.

A partir de então, as OSCIPS passaram a ser consideradas ONGs reconhecidas pelo Ministério da Justiça como organizações de interesse público. Desse modo, não podem visar distribuição de lucros ou vantagens. Muitas ONGs, de existência informal transformaram-se em OSCIPS, visando sua legalização e reconhecimento pelo Ministério da Justiça.

A Medida Provisória 2.172-32/01 que entrou em vigor em agosto de 2001, passou a legalizar as transações de microcréditos nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Em 2001, de acordo com Fontes et al (2003), as OSCIPS já representavam 47% das instituições operadoras de microcrédito no Brasil.

2.1.3 Cooperativas de Crédito

Cooperativas de Crédito são consideradas por Pinheiro (2006, p. 7) como “instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados”.

O objetivo da cooperativa de crédito é prestar condições mais favoráveis de assistência creditícia e de prestação de serviços de natureza bancária a seus associados. Seu funcionamento se equipara a uma instituição financeira e depende do Banco Central para atuar. Um dos maiores benefícios oferecidos pela cooperativa de crédito são as taxas e os encargos financeiros oferecidos aos associados, uma vez que essa entidade atua sem fins lucrativos e com baixa tributação.

O cooperativismo de crédito no Brasil, embora já registre existência desde o final do século XIX, não conta com uma central única, mas se organiza em três grandes sistemas (Sicred, Sicoob e Unicred) e mais recentemente vem sendo considerada na política pública de microcrédito e microfinança. As políticas públicas ainda se caracterizam por propostas que normatizem a melhor forma de adequar esse instrumento ao fomento do microcrédito.

2.1.4 Sociedades de Fomento Mercantil

A microfinança também fortaleceu o surgimento de instituições atuantes no mercado financeiro, embora fora da preocupação com os princípios do microcrédito.

As sociedades de fomento mercantil, chamadas de *factorings* atuam de forma organizada no Brasil desde o início dos anos 80 e só foram autorizadas a atuar pelo Banco Central em 1988. Surgiram para financiar clientes e fornecedores a prazo, mas em muitos dos casos já ganhou vida própria. Elas emergem no âmbito de grandes grupos industriais e de serviços (Ex.Caterpillar, General Motors e Telefônica).

Em realidade, a sociedade de fomento existe para prestar basicamente dois tipos de serviços: (01) assessoria no gerenciamento da área de contas a receber, atuando junto a pequenas e médias empresas que não dispõem de grande estrutura na avaliação de risco de

crédito, prazos, concentração, entre outros; (02) troca de títulos a receber, voltando-se à compra (por dinheiro à vista), mediante deságio, de títulos mercantis (duplicatas, notas promissórias e cheques pós-datados) de outras empresas ou de pessoas físicas. Na prática, as *factorings* pagam adiantado o valor das duplicatas ou dos cheques pré-datados, proporcionando às empresas que detinham o crédito a possibilidade de antecipar o recebimento e alimentar seu caixa.

A Associação Nacional das Sociedades de Fomento Mercantil (ANFAC) reúne e representa as empresas de *factoring*. Elas têm sido úteis, principalmente às empresas de pequeno e médio porte e se destacam pela simplicidade na operação do financiamento. São proibidas de captar recursos públicos e não trabalham com recursos de terceiros e, nesse sentido, não são fiscalizadas pelo Banco Central e sim pela Receita Federal e Prefeituras Municipais (elas pagam Imposto sobre Serviço). Para muitos, essa operação é própria do tradicional “agiota”, rótulo do qual essas sociedades tentam se livrar, alegando que, diferente do agiota tradicional, elas aceitam negociar com clientes sem crédito junto ao sistema financeiro.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA DE INCENTIVO AO MICROCRÉDITO NO BRASIL

No Brasil, o microcrédito passou a ser contemplado como política pública, em 1995, por iniciativa do Conselho de Comunidade Solidária, organização diretamente vinculada ao presidente da república e coordenada pela primeira dama.

2.2.1 Políticas normativas

As primeiras decisões políticas da União para o fomento do microcrédito foram muito mais normativas, girando em torno das formas legais de apoios de organizações não governamentais que se interessassem em expandir o microcrédito no Brasil (VOGT, 2002). Em 1996, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a apoiar as iniciativas populares com a criação do “Programa de Crédito Produtivo Popular”.

2.2.2 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

Em fevereiro de 2001, foi publicada a Lei 10.194, viabilizando a criação das chamadas “Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM)”. Tratava-se de uma forma jurídica de liberar a iniciativa privada para atuar em organizações de microcrédito. Até então, as iniciativas da sociedade civil, por não serem entidades financeiras e nem serem vinculados ao Banco Central, ficavam submetidas à Lei da Usura, que limitava a cobrança de taxas de juros em até 12% ao ano.

Essas SCMs tinham como objetivo específico conceder financiamentos a pessoas físicas e a microempresas, para viabilizar os pequenos negócios de diversas naturezas (comercial industrial, profissionais e de serviços). A SCM poderia ser constituída como companhia fechada ou sociedade limitada, auferindo lucros. Pode ainda ser operada por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)⁵, mas sendo-lhe vedado o emprego da palavra “banco” e não podendo dela participar o setor público. Só poderia funcionar por autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil, sendo sua constituição, organização e funcionamento disciplinado pelo Conselho Monetário Nacional.

Mesmo assim, uma pesquisa do IBAM realizada em 2002 apontou para um crescimento ainda aquém do esperado das SCMs ainda que de forma lenta especialmente em função das dificuldades de obtenção de recursos dos bancos repassadores (FONTES et al, 2003). Segundo a pesquisa, o BNDES, principal fonte desses recursos, não vem conseguindo atender às solicitações em prazo razoável, inviabilizando em parte o crescimento e consolidação destas instituições.

2.2.3 Ações diretas do Estado de fomento ao crédito

Além das políticas normativas de natureza distributiva e estruturante das instituições de microcrédito, o Estado (União, Estados e Municípios) passou a atuar

⁵ As OSCIPs foram constituídas de acordo com a Lei n.º 9.790, de 1999

diretamente no fomento ao microcrédito, com o propósito de gerar oportunidades de emprego e renda.

Várias ações do Estado foram sendo implementadas, tanto por via direta como indireta. Desse modo, as instituições de fomento do Estado passaram a apoiar as várias organizações independentes que operavam com microcrédito, ao mesmo tempo em que instituições governamentais passaram a financiar diretamente empreendedor de baixa renda. Foram inúmeras as instituições financeiras do Estado que passaram a atuar no fomento ao microcrédito, tanto em nível federal, como estadual e municipal.

Em nível federal, há que se destacar a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que em 1996, criou o Programa de “Crédito Produtivo Popular” com o propósito de fortalecer a rede de instituições de Microcrédito com financiamentos a longos prazos.

Alguns bancos governamentais passaram a atuar em duas frentes: (01) como repassadores de recursos, a exemplo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); (02) na criação de linhas de crédito específicas para o atendimento de micro e pequenas empresas, a exemplo do Banco do Nordeste (Crediamigo e PROFAT), do Banco do Brasil (MIPEM FAT e BB Giro), Caixa Econômica Federal (CEF Giro).

Algumas iniciativas de atendimento específico também surgiram em nível das organizações financeiras federais do Estado, salientando-se os exemplos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Em 2003, o Banco do Brasil pela Lei 10.738, criou o “Banco Popular do Brasil” como sua subsidiária⁶, passando a funcionar em 2004, com o intuito de oferecer serviços à população de menor renda. O Banco Popular do Brasil atende pessoas que ganham até três salários mínimos e sem nenhum tipo de conta em outros bancos. Atua preferencialmente junto aos trabalhadores do setor informal, residentes em áreas urbanas de todo o País. Entre os produtos e serviços disponibilizados pelo Banco Popular do Brasil estão conta corrente simplificada, crédito de R\$ 50,00 a R\$ 600,00 com juros de 2% ao mês, além

⁶ A criação desse banco foi viabilizada pela lei 10.735, de 11/09/2003, que instituiu as bases para operações de microfinanças no País. Através dela, e 2% dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras passaram a se destinar a operações de crédito com juros máximos de 2% ao mês.

de pagamentos diversos. O Banco procura atender seus clientes por meio de uma rede de correspondentes localizados próximos de suas residências ou locais de trabalho (em supermercados, mercearias, farmácias e lojas de material de construção, entre outros). Não há necessidade de comprovar renda ou endereço para abrir a conta, bastando apresentar a carteira de identidade e o CPF. A partir de junho de 2007, foi celebrado um convênio entre o Banco Popular do Brasil e o SEBRAE, visando ampliar e melhorar o acesso dos micro e pequenos negócios, tanto ao crédito como aos demais serviços financeiros.

Dentro do Plano Plurianual (PPA–2005/2007) do governo federal foi inserido o Programa “Banco Para Todos”, vinculado ao Ministério da Fazenda e coordenado pela Caixa Econômica Federal (CEF). O programa tem como objetivo inserir pessoas de baixa renda a uma cesta de serviços bancários diferenciados e sem nenhuma burocracia, processo chamado de “bancarização”. Nesse programa, o Ministério da Fazenda criou o buscou articular as ações dos bancos federais para facilitar o acesso aos produtos e serviços financeiros. Das doze ações previstas no Programa, oito estavam voltadas para linhas de crédito com juros mais baixos que os praticados no mercado.

Em nível estadual, também vem ocorrendo inúmeras iniciativas do Estado fruto de políticas públicas de fomento ao microcrédito, seja por meio de programas diferenciados de crédito ou de novos modelos de atendimento.

Em termos de programa, destaque deve ser dado ao Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste. Surgiu em 1998, estabelecendo um financiamento diferenciado aos pequenos empreendimentos e também oferece capacitação aos empreendedores de pequenos negócios. Ainda hoje é considerado um dos maiores programas de Microcrédito do País. Em 2002, o governo da Bahia em parceria com o SEBRAE e Prefeituras Municipais lançou o CrediBahia, como programa de microcrédito produtivo, operacionalizado em parceria com o SEBRAE e as Prefeituras Municipais, para apoiar o desenvolvimento de pequenos negócios (baianas de acarajé, vendedores de churrasquinho ou de cachorro-quente, costureiras, mini-mercearias, manicuras, entre outros). Trabalha com os seguintes tipos de financiamento: (01) investimento fixo (aquisição/conserto de máquinas ou equipamentos, novos ou usados, reforma ou ampliação de instalações físicas); (02) capital de giro (compra de mercadorias e matérias-primas); (03) investimento misto (investimento fixo com capital de giro associado).

Em Santa Catarina existe o programa de microcrédito do BADESC da Agencia de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A, desde 1999. O programa de microcrédito do BADESC oferece pequenos empréstimos através de uma rede de postos avançados de 19 OSCIPs a proprietários de pequenos negócios formais e informais. Atende a 293 Municípios do Estado.

O “Fundo Estadual de Crédito Popular - CredPop” foi criado no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A, desde 1998, como programa possibilita que acesso a crédito (até 10 mil reais), feito através de associações de crédito popular, embora o Banco esteja tomando providências no sentido de inserir também as cooperativas de crédito para repasse do financiamento.

Os apoios oficiais às políticas territoriais mais localizadas tenderam a incorporar o modelo do chamado “Banco do Povo”. O Banco do Povo passou a ser criado em vários lugares do Brasil, em âmbito estadual e municipal, como instituição específica para o fornecimento de crédito para investimentos em pequenos negócios, embora sem um marco regulatório próprio. O apoio do Estado se volta principalmente para a constituição dos fundos iniciais para o crédito e para financiar o treinamento e qualificação dos agentes de crédito. O BNDES criou condições favoráveis na constituição dos fundos aos Bancos do Povo.

Essa instituição, entretanto, pode apresentar dois formatos: (01) OSCIP que opera sem fins lucrativos e se volta principalmente ao atendimento de trabalhadores de baixa renda, atuando muito mais como um agente de microfinanças do que de microcrédito; (02) SCM que opera muito mais como agência de microcrédito, atuando segundo as leis do mercado, ou seja, com fins lucrativos.

2.2.4 Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO)

Através da Lei nº. 10.110, de 25/04/2005, o Governo Federal criou o “Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO)” que oferece mecanismos de ampliação da oferta de recursos aos micro e pequenos empreendimentos, assim como das oportunidades de integração das organizações de microcrédito ao sistema financeiro. Essas organizações podem acessar recursos (*funding*) oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e ficam

sujeitas às exigências de direcionamento de depósitos a vista junto às instituições bancárias (previsto na Lei nº. 10.735/ 2003).

Os objetivos do PNMPO, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego são basicamente três:

- a) Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- b) Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- c) Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

São considerados micro-empreendedores populares para o PNMPO, tanto pessoas físicas como jurídicas, que sejam empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60 mil. Foi criado o Comitê Interministerial do PNMPO, composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando subsidiar a coordenação e a implementação do Programa.

2.3 MICROCRÉDITO EM MATO GROSSO DO SUL

Nesse contexto de iniciativas do Conselho da Comunidade Solidária, várias experiências de microcrédito foram implementadas no âmbito dos governos estadual e municipal, ligadas às políticas públicas de geração de ocupação e renda.

2.3.1 Política de Fomento ao Microcrédito: o Banco do Povo

A política de fomento ao Microcrédito, com a criação do Banco do Povo pelo governo estadual, ocorreu logo em 1999, pouco tempo após a implantação do Programa federal de “Crédito Produtivo Popular” como ação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Essa iniciativa precoce nasceu vinculada a um programa ousado de apoio à profissionalização de produtores de pequenas propriedades familiares, o “Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado do Mato Grosso do Sul (Prove-Pantanal), de modo a possibilitar a incorporação de novas tecnologias, favorecendo sua inclusão em cadeias produtivas agroindustriais.

O Programa Prove, idealizado pelo Partido dos Trabalhadores em Brasília no governo Cristovam Buarque, veio ao Estado através da prefeita de Mundo Novo. O público prioritário do programa Prove-Pantanal eram os pequenos proprietários rurais de base familiar. Inicialmente a idéia foi inaugurar 350 agroindústrias, em vários pontos do Estado, perto de “manchas urbanas”, para onde a produção seria escoada (CYPAS & YASAKI, 2006). No Estado, foram acompanhados pelo menos 163 casos com as mais diversas atividades, tais como embutidos de suínos, beneficiamento de arroz, beneficiamento de feijão, beneficiamento de amendoim, panificados, tomate seco, doce de leite em barra e pastoso, iogurte, queijo frescal, ricota, paçoca, rapadura, açúcar mascavo, mel, geléia, compota, vegetais minimamente processados, café, frango e ovos caipira, entre outros (ARAUJO, 2006). Esse programa era coordenado e monitorado pelo Instituto Agrícola, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDATERRA)⁷ e Agência Estadual de defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO). Além da capacitação era dado apoio ao *marketing* e comercialização do produto.

O financiamento voltava-se o para a construção da agroindústria e aquisição dos maquinários necessários. Os recursos vinham do Fundo de Inclusão Social (FIS), tendo como agente financeiro o Banco do Povo. Posteriormente, os recursos passaram a vir também do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo como agente financeiro o Banco do Brasil.

Cada família podia receber entre 15 e 20 mil reais, dependendo de seu plano de negócio, enquanto que os geridos por grupos formados por famílias associadas chegavam a receber até 90 mil reais. Praticavam-se taxas de juros fixas de 4% ao ano, com dois anos de carência e seis anos para saldar a dívida. Os pagamentos podiam ser feitos mensalmente, trimestralmente, ou anualmente, sem necessidade de avalista.

⁷ O nome atual é Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER)

Da entrevista até a liberação final do crédito levava-se cerca de dois meses (Figura 01). Entretanto, a escolha aleatória inicial dos beneficiados, nos dois primeiros anos iniciais, não possibilitou uma filtragem adequada ao perfil aguardado, possibilitando um enorme número de agroindústrias abandonadas (CYPAS & YASAKI, 2006). Das 206 indústrias cadastradas em Mato Grosso do Sul, apenas 61 permaneceram em funcionamento, enquanto 81 foram paralisadas, 14 fechadas e 48 se encontram em construção.

2.3.1.1 De Banco do Povo ao Banco da Gente

A Instituição Comunitária Crédito Banco do Povo - MS nasceu de uma parceria entre o Estado e entidades da sociedade civil, sob o formato de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), como instituição de direito privado, sem fins lucrativos, controlada por um Conselho de Administração. Como estrutura de atendimento formalizou convênios de parceria com as Prefeituras Municipais, oferecendo 11 agências e 03 postos avançados de atendimento (Quadro 01).

Agências	Postos Avançados
Agência Campo Grande	Posto avançado de atendimento de São Gabriel do Oeste
Agência Dourados	Posto avançado de atendimento de Maracaju
Agência Corumbá	Posto avançado de atendimento de Anastácio
Agência Ponta Porá	
Agência Três Lagoas	
Agência Aquidauana	
Agência Jardim	
Agência Coxim	
Agência Naviraí	
Agência Paranaíba	
Agência Nova Andradina	

Quadro 01 Estrutura de atendimento do Banco do Povo, 2006
 Fonte: Banco do Povo, 2006.

Com o novo governo do partido PMDB em 2007, o Banco do Povo começou a passar por uma reestruturação de enxugamento dos custos operacionais, ampliação do crédito e implantação de nova metodologia de microcrédito. A Carteira Ativa de Empréstimo foi ampliada, passando de R\$ 560 mil para R\$ 950 mil. O custo operacional mensal foi reduzido numa política de contenção de gastos - com reformulação do quadro de funcionários e redução da inadimplência, com a criação de um setor de cobrança específico para inadimplentes, renegociando as dívidas com isenção de encargos e refinanciamento do prazo original de negociação.

As linhas de crédito do Banco voltaram-se para pessoas que trabalham tanto no mercado formal como informal e podem ser obtidas para capital de giro e para investimento ou ainda crédito misto (capital de giro e investimento fixo).

Em junho de 2007, o governo lançou, por intermédio do Banco do Povo, uma linha de crédito especial para empreendedores do Centro Comercial Popular (camelódromo). A linha tem o teto máximo de cinco mil reais, financiados em 15 vezes a juros de 2% ao mês. Os recursos só podem ser utilizados para capital de giro. A Associação dos Vendedores Ambulantes vai ser avalista das operações de crédito.

As agroindústrias paralisadas passaram a ser analisadas uma a uma para verificar a possibilidade de reativação de suas atividades. Os juros também baixaram, passando de 2,6% a 3,5%, para 2% em todas as linhas de crédito.

Também passou a ser oferecido o serviço de Desconto de Cheques, com taxa de 3% ao mês. O empresário pode ter capital de giro para fluxo de caixa no limite máximo de cinco mil reais. A troca de cheques é oferecida somente para empresas habilitadas, ou seja, possuidoras de um cadastro no banco. Se aceita cheque com tutela para 90 dias sem taxa de abertura de crédito.

Para ter direito a essa linha de financiamento, o cliente recebe a visita de agente de crédito e depois de uma análise simplificada recebe os valores dos cheques à vista. O limite de troca é de 500 reais por CPF / CNPJ ou por lâmina de cheque, que são descontados na data prevista.

A partir de setembro de 2007, o Banco do Povo passou a se chamar “Banco da Gente”, mudança decidida em assembléia geral, em continuidade à reestruturação administrativa, contábil e metodológica iniciada no início do ano.

2.3.2 Iniciativas de Economia Solidária no Estado

Em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, houve impulso de iniciativas relacionadas à Economia Solidária em Mato Grosso do Sul, de natureza mais urbana. Essas iniciativas foram desenvolvidas especialmente pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT)²⁴, em parceria com a Coordenadoria de Economia Solidária da Fundação do Trabalho do Governo do Estado de MS (FUNTRAB) e outras instituições.

O Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal previa recursos ao “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento” com a missão de realização de um mapeamento da Economia Solidária no Brasil, para se constituir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), uma base nacional de informações que pudessem subsidiar a formulação de políticas públicas, resultando num “Atlas da Economia Solidária”, que acabou sendo publicado em 2005, visando dar maior visibilidade ao perfil, abrangência e potencialidades dos empreendimentos.

Para esse fim, foi elaborado um instrumento de pesquisa com questões que abrangiam: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental (MTE, 2005). Para se proceder ao trabalho de campo foram constituídas em cada Estado “equipes gestoras estaduais (EGEs)” apoiadas por “equipes de trabalho de campo” para reconhecimento e articulação da Economia Solidária, oferecendo-se a eles formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento.

2.3.2.1 Rede de Empreendimentos em Economia Solidária

A partir de março de 2004 foi constituída a “Rede de Empreendimentos em Economia Solidária”, estruturada em 05 Grupos de Trabalho: quilombolas, organizações religiosas, indígenas, rurais e urbanas (FERREIRA SÁ, 2005).

Com recursos da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), os Grupos de Trabalho organizaram encontros, seminários e cursos de capacitação, preparando-se para o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária em Brasília.

2.3.2.2 Criação da Equipe Gestora Estadual (EGE)

Ainda em 2004 foi criada em Mato Grosso do Sul a primeira Equipe Gestora Estadual (EGE) do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, constituída pela DRT, Universidade Católica Dom Bosco, Coordenadoria de Economia Solidária da Fundação do Trabalho / Governo do Estado de MS, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Mais tarde ganhou a adesão de novos parceiros institucionais: Banco do Brasil, UNAES – Faculdade de Campo Grande, Instituição de Ensino Nova Era, Talher Estadual Fome Zero, Fórum Lixo e Cidadania, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FERREIRA SÁ, 2005).

2.3.2.3 Eventos de Economia Solidária para o mapeamento dos empreendimentos

Foram organizados 02 eventos dentro do Estado: o Encontro Estadual de Empreendimentos (2004) o 1º Seminário Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária (em 2006), com vistas à elaboração do mapeamento dos empreendimentos.

Este último evento contou com a participação de 167 empreendimentos - 97 de Campo Grande - além de organizações de apoio e fomento, universidades, entidades governamentais e não governamentais (FERREIRA SÁ, 2005). Nele foi apresentado o plano de ação da SENAES para o Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, com proposta de linhas de ação voltadas para a valorização e fortalecimento dos empreendimentos, ao mesmo tempo em que se realizou o levantamento do perfil dos participantes com aplicação de questionários. Em 2005, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, Mato Grosso do

Sul contava com 340 empreendimentos solidários, com maior concentração em Dourados, Campo Grande, Aquidauana, Bataguassu e Ponta Porá (Tabela 01)

Municípios	No de Empreendimentos	%
Dourados	120	35,3
Campo Grande	80	23,5
Aquidauana	13	3,8
Bataguassu	12	3,5
Ponta Porá	10	3,4
Outros	105	30,5
Total	340	100,0

Tabela 01 **Empreendimentos de Economia Solidária identificados em MS- 2004**

Fonte: Guianet, 2004 , p. 1

Os empreendimentos atingiram 36% dos Municípios do Estado e se apresentaram com maior densidade, portanto, em Dourados (na qual houve um esforço de uma política municipal de incentivo aos projetos ligados a economia solidária), Campo Grande e Aquidauana (Figura 01).

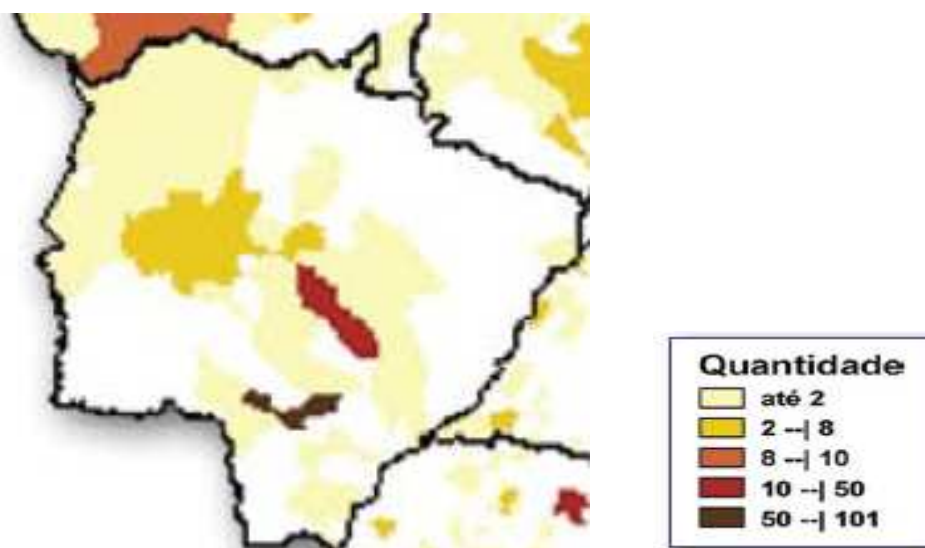


Figura 01 **Empreendimentos de Economia Solidária por Município em MS**

Fonte: SIES, MTE, 2005.

2.3.2.4 Iniciativas de Economia Solidária junto aos empreendimentos

Essa etapa caracterizou-se pela elaboração e execução de projetos de Economia Solidária junto dos empreendimentos mapeados, de iniciativa do FUNTRAB e com apoio de parcerias. Esse trabalho consistiu no incentivo à criação de grupos ou núcleos de produção, com o apoio do SEBRAE/MS para orientação técnica e de gestão a um grupo de empreendimentos selecionados.

Destaques, nessa fase, foram dados por Ferreira Sá (2005) às iniciativas de Aquidauna (Piraputanga) e algumas de Campo Grande, com atuação da FUNTRAB e organizações de apoio.

- a) Projeto Piloto da Vila Nasser, em Campo Grande/MS - foi desenvolvido pela FUNTRAB na comunidade na forma de em um Curso de Economia Solidária.
- b) Programa Piloto em Piraputanga – foi iniciativa do FUNTRAB com a Coordenadoria de Gestão de Políticas Sociais (COGEPS) e Coordenadoria Estadual de Políticas Públicas para a Mulher (CEPPM) e consistiu em cursos voltados a três grupos:
 - b.1) Artesãos (17 integrantes) – voltados à produção de artesanato com sementes, escultura em pedra e cerâmica, adornos em tecido pintados no local com anéis de cerâmica, aplique de sementes, etc..
 - b.2) Mulheres (11 integrantes) - ocupadas como manicura, pedicura e cabeleireira.
 - b.3) Jovens – (10 integrantes) – ocupados com serviços de turismo e promoção de eventos
- c) Projetos realizados em Campo Grande - MS e financiados pelo Fundo de Investimento Cultural (FIC) sob forma de cursos de capacitação foram os seguintes:
 - c.1) Fortalecendo o Núcleo de Produção de Cerâmica - Conjunto Residencial Maria Aparecida Pedrossian (50 integrantes).

- c.2) Estamparia Artesanal (pintura em tecido, *batik*, tingimentos), em Furnas do Dionísio (40 integrantes);
 - c.3) Bonecas de pano e pintura de tecido na Comunidade Tia Eva (16 integrantes);
 - c.4) Mulheres Tecendo a Vida - nos bairros Jardim Pênfigo /Santo Amaro /Vila Popular (30 integrantes).
- d) Programa de Capacitação e Geração de Renda da Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) da Prefeitura Municipal de Campo Grande (cursos e apoios a iniciativas) em 12 núcleos de produção e 20 cursos de capacitação em incubadoras dos bairros Mário Covas, Santa Emília, Zé Pereira e Estrela D’Alva. Os principais núcleos de produção:
1. Núcleo de Artesanato Marabá- com trabalhos manuais: confecção de pano de prato, caminho de mesa, pano de bandeja, avental, bate mão e jogo de cozinha, com bordados, crivo, pintura e crochê (11 integrantes).
 2. Núcleo de Artesanato Aero-Rancho – com trabalhos manuais baseados em confecção de pano de prato, caminho de mesa, pano de bandeja, avental, bate mão e jogo de cozinha, com bordados, crivo, pintura e crochê (13 integrantes).

O objetivo do “Programa de Capacitação e Geração de Renda” é promover ações de formação livre, capacitação e geração de renda, para famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com vistas à inclusão social.

2.3.2.5 Avaliação do desempenho de iniciativas de economia solidária em MS

Constatou-se, por meio do SIES/MTE que no Mato Grosso do Sul as formas mais comuns de aglutinação dos empreendimentos foram os grupos informais e associações (Quadro 02). Não se observou qualquer iniciativa de formação de rede.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	228
Associação	96
Cooperativa	8
Sociedade mercantil de capital e indústria	5
Outra	2
Sociedade mercantil em nome coletivo	1
TOTAL	340

Quadro 02 Formas de organização dos empreendimentos solidários em MS

Fonte: SIES/ MTE, 2005

De acordo com as informações do SIES/ MTE (2005) o que mais motivou a criação dos empreendimentos solidários em Mato Grosso do Sul foi a alternativa ao desemprego e fonte complementar de renda, seguido da possibilidade de maiores ganhos com empreendimentos associativos (Quadro 03).

Motivo	No
Uma alternativa ao desemprego	28,1
Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	26,7
Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	16,5
Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	15,5
Outras	13,2
Total	100,00

Quadro 03 Motivo da criação dos Empreendimentos Solidários em MS

Fonte: SIES/ MTE, 2005

Os empreendimentos solidários no caso de Mato Grosso de Sul emergiram todos do segmento informal, envolvendo um total de 6.727 pessoas no Estado. Desse total 63,5% eram do sexo feminino (Gráfico 01).

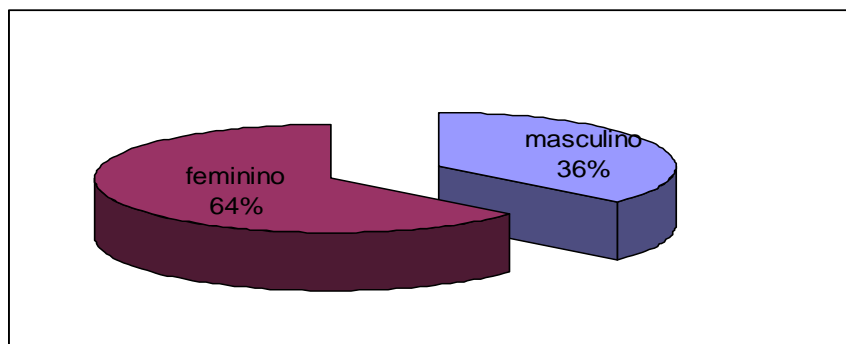


Gráfico 01 Pessoas envolvidas nos Empreendimentos Solidários por Gênero

Fonte: SIES/ MTE, 2005

Conforme se pode apreciar no quadro 04, do total de empreendimentos solidários, a metade dedica-se a artesanato, trabalhos manuais, e confecções. Na indústria de alimentos e de produtos de limpeza estão 34,7% deles. Já na produção agrícola e de hortigranjeiros estão apenas 15,4%.

Ramo	Produtos	No
Confecções 22,3%	Artigos de cama, mesa e banho	35
	Roupas íntimas	14
	Confecções	30
Artesanato e trabalhos manuais 27,7%	Tapetes	10
	Crochê	11
	Artefatos de cerâmica	11
	Bijuterias	13
	Bolsas diversas	20
	Artesanato	33
Alimentos 27,6%	Bolo	15
	Doces	15
	Salgados	31
	Doces de frutas	13
	Pães	13
Produtos de limpeza 7%	Material de limpeza	13
	Amaciante de roupas	12
Agricultura 15,4%	Mandioca	13
	Hortigranjeiros	13
	Leite	30
	Milho	9

Quadro 04 Produtos dos Empreendimentos Solidários de MS

Fonte: SIES/ MTE, 2005

Do total dos produtos desses empreendimentos (ver Quadro 05) 91,7% são colocados no mercado. O quadro 06 permite observar que 41,9% desse comércio é local ou comunitário, enquanto que 53% ficam no Município, microrregião e Estado. Portanto, saem de Mato Grosso do Sul 4,2% da produção com destino ao mercado nacional e internacional.

DESTINO COMERCIAL	%
Local ou comunitário	41,9
Municipal	31,4
Microrregional	11,8
Estadual	9,8
Nacional	3,4
Exportação para outros países	0,8
Não se aplica	0,9
TOTAL	100%

Quadro 05 **Destino comercial dos produtos dos Empreendimentos solidários de MS**

Fonte: SIES/ MTE, 2005

Entretanto, pelos dados apontados pelo SIES do Ministério do Trabalho e Emprego em 2005, pode-se constatar que 48% apresentam dificuldade de comercializar seus produtos especialmente por falta de capital de giro, dificuldade de vender a prazo e por estar ainda na informalidade. Deles, apenas 17% tinham usufruído financiamento bancário e desses 90,5% o valor financiado não superou R\$ 10.000,00.

O Banco do Povo financiou apenas 7% desse total, já que a maioria (62%) dos empreendimentos solidários beneficiou-se de financiamento de ONG ou OSCIP (Gráfico 02). A cooperativa de crédito só aparece em 1% do financiamento captado. O restante vem de bancos privados, públicos e de outras formas de financiamento.

Os investimentos mais importantes foram canalizados para a aquisição de equipamentos e infra-estrutura (51%), aquisição de matérias-primas (24%) e capacitação de mão - de- obra (16%), conforme se pode apreciar no Gráfico 03.

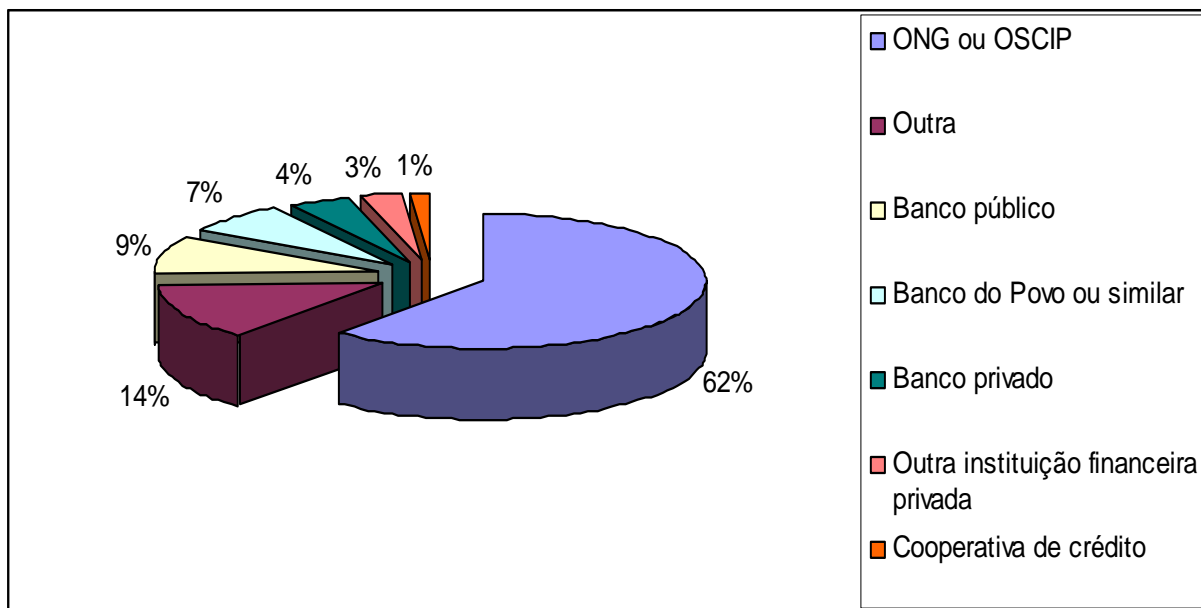


Gráfico 02 Origem do financiamento dos empreendimentos solidários em MS

Fonte: SIES/ MTE, 2005

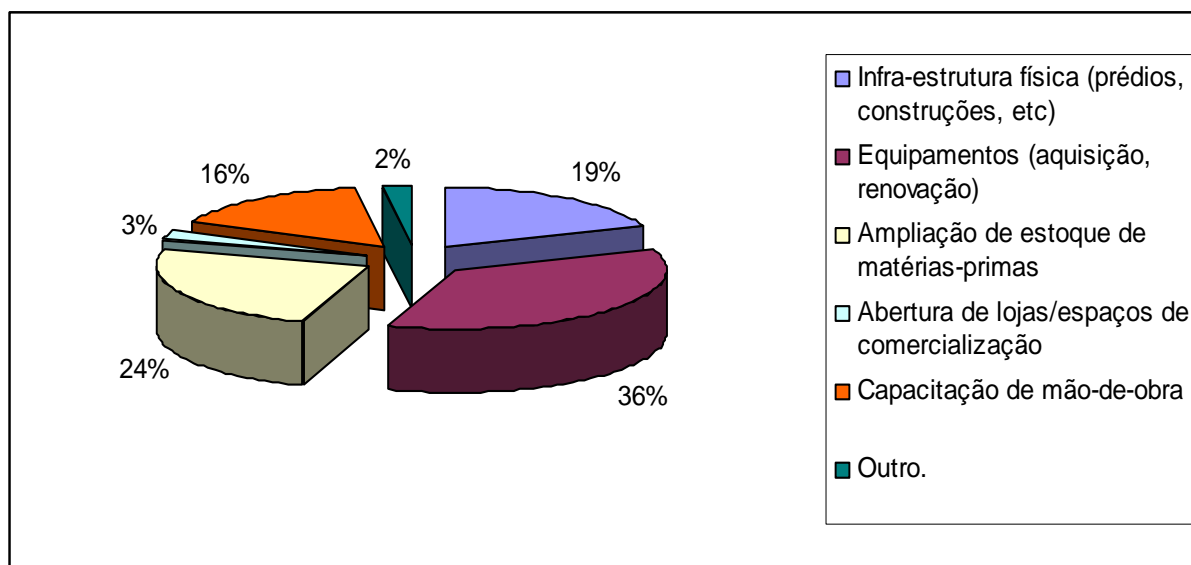


Gráfico 03 Destino do financiamento nos empreendimentos solidários de MS

Fonte: SIES/ MTE, 2005

Pelos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2005), dos empreendimentos solidários existentes, pelo menos 70,5 % afirmaram terem tido acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação. Desse total, 77 % tiveram acesso à qualificação profissional, técnica e gerencial e 58,3% para formação sócio-política (autogestão, cooperativismo e economia solidária), enquanto que 35,8% receberam assistência técnica e/ou gerencial. Já, o apoio em assessoria em *marketing* e na comercialização de produtos e

serviços foi bem menor (12,8%), o que explica em parte a dificuldade apresentada na colocação dos produtos no mercado em metade dos casos.

Os órgãos governamentais foram responsáveis pelo apoio a 69,6% desses empreendimentos solidários, enquanto que as OSCIPS e ONGS atuaram com 42,9% deles. O SEBRAE também assessorou 38,3% deles, enquanto apenas 11% contaram com os serviços das universidades e incubadoras.

2.3.2.6 Centros coletivos de venda

Essa política nacional teve ainda como objeto de suas preocupações, criar centros coletivos de venda, como a “Central de Comercialização”.

2.3.2.6.1 Central de Comercialização

No final de 2006, o governo estadual inaugurou a Central de Comercialização de Economia Solidária em Campo Grande. O Objetivo foi criar espaço para o desenvolvimento de oficinas de economia solidária e comercialização de produtos dos empreendimentos solidários.

Além disso, buscou nessa central estratégias para ampliar a visibilidade das ações desenvolvidas pelo governo do Estado e Fórum Estadual de Economia Solidária, como também o relacionamento entre os atores envolvidos.

Pelos dados apresentados, pôde-se observar que a política nacional de microcrédito que deu origem ao Banco do Povo nasceu relativamente cedo em Mato Grosso do Sul, ou seja, em 1999, voltada inicialmente à promoção das pequenas propriedades agrícolas familiares de territórios da fronteira, por meio do PROVE-Pantanal. No entanto a política de microcrédito se disseminou com maior força no Estado e em Campo Grande, atingindo mais efetivamente a área urbana, a partir de 2004, por meio de um conteúdo mais explícito de Economia Solidária. Nesse segundo momento, foi possível perceber o peso de

Campo Grande na quantidade de empreendimentos eleitos pelo governo estadual, assim como seu baixo índice de acesso ao crédito, que em grande parte, explicam o lançamento de um Banco popular de microcrédito específico para Campo Grande - o CREDIGENTE- ainda em 2003.

3 AÇÕES E IMPACTOS DO CREDIGENTE NOS TOMADORES DE CRÉDITO DE CAMPO GRANDE

No presente capítulo, buscou-se, de um lado, apresentar o Programa de Microcrédito Produtivo e Solidário (CREDIGENTE) em seus objetivos, estrutura e forma de funcionamento em Campo Grande e, de outro, analisar os tomadores de crédito, identificando sua natureza e tipo de demanda, assim como os impactos decorrentes das ações desse banco no desempenho desses empreendimentos.

3.1 PROGRAMA DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO E SOLIDÁRIO – CREDIGENTE

O Programa de Microcrédito Produtivo e Solidário – CREDIGENTE foi implantado em 2003 (criado pela Lei 3.956/ 2002 e regulamentado pelo Decreto 8.534/ 2002), no âmbito da Prefeitura Municipal de Campo Grande. Nasceu como um programa municipal, como alternativa de crédito popular para geração de trabalho, emprego e renda. Teve o apoio do SEBRAE-MS, no contexto do incentivo da política nacional de microcrédito, nessa época capitaneada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), justamente no ano do maior desembolso de recursos (Tabela 01) previstos pelo Programa de Microcrédito.

Atualmente, esse banco popular integra o Programa Microcrédito CREDIGENTE e tem por objetivo financiar e investir em microempreendimentos (formais e informais), de forma acessível e adequada ao crescimento econômico, oferecendo acompanhamento técnico e a Feira da Gente.

Outro fator favorável foi o Programa Nacional de Incubadoras (PNI), uma iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia desde 1998, mas que tinha entrado em funcionamento de fato, a partir de 2002, com recursos já definidos para 2003 e 2004, destinados a implantação de incubadoras, além do que a cidade já contava desde 2001 com duas incubadoras em universidades locais⁸.

3.1.1 Órgão responsável pelo programa no Município: FUNSAT

Esse programa foi estruturado e coordenado pela Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT), fundação pública, com personalidade jurídica de direito público que compõe a administração indireta do município e conta com a parceria do SEBRAE-MS.

O Credigente foi projetado para atuar de forma integrada às demais políticas públicas de emprego, envolvendo vários órgãos públicos e outros organismos da sociedade que, juntos, assumem cada um suas atribuições como o risco e os custos de capacitação empresarial e tecnológica necessárias para reduzir o índice de mortalidade das novas microempresas.

3.1.2 Parceiros do Credigente

O CREDIGENTE passou a operar buscando parcerias de algumas secretarias da administração municipal e do SEBRAE-MS.

3.1.2.1 Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT)

A Fundação Social do Trabalho de Campo Grande (FUNSAT) é a unidade gestora e executora do Programa Credigente, responsável pelo risco do crédito. Assim, responde pelas eventuais perdas decorrentes das inadimplências. É responsável também por firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias com órgãos não-governamentais, sindicatos e instituições oficiais, disponibilizar servidores para o grupo executivo de Crédito.

⁸ Incubadora Tecnológica da UCDB (INTEC) e Incubadora Tecnológica da UNIDERP (INTERP).

Ainda disponibiliza nas dependências da FUNSAT espaço físico adequado para a instalação do programa, bem como os equipamentos e serviços necessários a sua operacionalização.

3.1.2.2 Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS)

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) participa na gestão do programa, por meio do Conselho Deliberativo e atua na articulação de ações de geração de emprego e renda.

3.1.2.3 Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE/MS)

O Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE/MS) é responsável pela capacitação dos técnicos e gestores do programa e pela metodologia de operacionalização e gestão de microfinanças. Faz o acompanhamento dos tomadores na fase pós-crédito, por meio de qualificação, orientação técnica, tecnológica e gestão, de tal forma a viabilizar a sustentabilidade e a competitividade dos empreendimentos atendidos. Disponibiliza um sistema informatizado e ainda participar da gestão, tendo assento no Conselho Deliberativo e no Comitê de Crédito.

3.1.2.4 Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia (SATUR)

A Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia (SATUR) participa da gestão no Conselho deliberativo e do Comitê de Crédito. Articula ações de desenvolvimento econômico, destacando o microempreendedorismo, por meio da indicação do aporte de recursos de seus programas no CREDIGENTE, como também na identificação da clientela potencial.

3.1.2.5 Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)

A Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo e Ciência e Tecnologia (SEGOV) tem como atribuição participar da gestão no Conselho Deliberativo e fazer interlocução entre o microcrédito e as demais Políticas Públicas desenvolvidas no Município.

3.1.3 Conselho Deliberativo do Credigente

O Conselho Deliberativo é composto de 08 (oito) membros (FUNSAT, 2007):

- a) 02 (dois) representantes da FUNSAT,
- b) 02 (dois) representantes da SAS,
- c) 02 (dois) representantes da SATUR
- d) 02 (dois) representantes do SEBRAE.

Ao Conselho Deliberativo compete estabelecer critérios e fixar limites globais e individuais para concessão dos financiamentos, fixar prazos de amortização e de carência; fixar critérios para aplicação de multas e adoção de medidas judiciais por eventual inadimplência; editar normas específicas destinadas a reger a constituição e instalação do Comitê de Crédito; fixar normas de recrutamento, seleção e treinamento dos membros do Grupo Executivo de Crédito; examinar e aprovar, mensalmente, as contas referentes ao programa e laborar e aprovar seu Regimento interno. (FUNSAT, 2006).

3.1.4 Comitê de Crédito

Após a consolidação do levantamento do perfil sócio-econômico do empreendedor pelo agente de microcrédito, é apresentado e defendido no Comitê de Crédito, que é a instância competente para deliberar sobre o outorgamento do crédito, o qual é constituído por pessoas profissionalmente qualificadas e com ampla visão do contexto sócio-econômico.

O Comitê de Crédito se reúne com a frequência necessária para atender a demanda dos créditos solicitados, evitando morosidade no processo de liberação dos recursos. Ele é presidido pelo representante da FUNSAT e integrado por um representante dos seguintes órgãos: ADCG – Agência de Desenvolvimento de Campo Grande, SEBRAE e SEC - Sindicato dos Empregados do Comércio de Campo Grande MS.

3.1.5 Grupo Executivo de Crédito

Exerce papel importante para o sucesso do Programa, construindo e mantendo com o beneficiário uma relação personalizada. É por meio do Grupo Executivo de Crédito que o CREDIGENTE se insere na comunidade, representando a principal garantia de retorno do recurso emprestado.

Este grupo é um instrumento facilitador dos procedimentos operacionais necessários à tramitação, desde a solicitação até a liberação do crédito, como também no acompanhamento da carteira dos beneficiários.

3.1.6 Público-alvo urbano

O público-alvo, em princípio, é constituído de micro empreendimentos, cooperativas e formas associativas de produção ou de trabalho e, principalmente, pessoas já beneficiadas pelos programas sociais do município de Campo Grande.

Os tomadores de empréstimo precisam ser proprietários de uma micro ou pequena unidade econômica, formal ou informal, desde que localizada em Campo Grande em zona urbana. Outra condição é a de que sejam brasileiros maiores de 18 anos (ou legalmente emancipados), residentes e domiciliados no Município, com experiência na atividade.

3.1.7. Fonte dos recursos

O maior aporte financeiro inicial do programa esteve ligado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), mediado pelo Ministério da Previdência Social, representando 62% do total. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) representaram 11,2 %, sendo o restante da linha convencional de financiamento.

Na atualidade, os recursos que financiam o Programa de microcrédito Credigente, são totalmente oriundos do orçamento da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

3.1.8 Linhas de crédito

No início, foram propostas três linhas de créditos:

1. CREDIGENTE- Convencional - destinada ao público em geral, prioritariamente às pessoas que participam dos programas sociais do município, como o PRONAGER.
2. Credigente-PETI - para atender as iniciativas empreendedoras das famílias beneficiárias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI.
3. CREDIGENTE- Incubadora- voltada à aquisição de máquinas e equipamentos aos empreendedores ativos nas incubadoras da prefeitura.

Em 2007, foi proposta nova linha de crédito:

1. Programa “Morena Empreendedora” - para atender mulheres envolvidas nas ações do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, visando inseri-las no mercado de trabalho e criar mecanismos para geração de renda.

Além disso, alguns segmentos específicos de micro empreendimentos aglutinados em associações ou sindicatos, a partir de 2007 passaram a ser contemplados, a partir de convênios assinados entre essas organizações a Prefeitura. Foram os casos da Associação dos Vendedores Ambulantes (integrantes do Centro Comercial Popular/ Camelódromo), do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos em Feiras Livres de Mato Grosso do Sul (integrantes da Feira Central de Campo Grande), do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Vestuário,

Fiação e Tecelagem de MS (SINDIVEST/MS), do Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado (SINDICAL, e do Sindicato das Indústrias de Alimentação de MS (SIAMS).

3.1.9 Condições de financiamento

As condições variam em função da natureza do tomador de crédito, seja ele pessoa física, pessoa jurídica ou cooperativa (Quadro 06). Em 2003, o programa atendeu 332 pessoas, tendo sido liberado R\$ 310.206,11. Em 2006, o atendimento avançou para 1.100 pessoas, financiando cerca de R\$ 1,5 milhão para investimentos. O financiamento do CREDIGENTE convencional varia de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil. Os valores para pessoa jurídica, micro e pequenas empresas variam de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil. As cooperativas e associações poderão obter financiamentos de até 10 mil reais. Já o CREDIGENTE-Incubadora irá oferecer empréstimo de até R\$ 15 mil. A linha de crédito Morena Empreendedora funciona por meio de parceria com a CODAM – Coordenadoria de Desenvolvimento da Mulher e beneficia mulheres empreendedoras com empréstimos de até R\$ 2,5 mil.

Um pré-requisito importante é que a atividade desenvolvida pelo tomador de crédito não prejudique o meio ambiente e nem se caracterize como delituosa. A análise é realizada pelo Agente de Crédito e aprovação pelo comitê da Instituição, não sendo necessária a elaboração de projeto de viabilidade. Para capital de giro ou fixo, o tomador deverá apresentar um avalista/fiador que atenda às exigências estabelecidas nas normas internas. O CREDIGENTE também adota a política de concessão de crédito mediante aval solidário, por meio de associação solidária dos empreendedores de um determinado segmento.

Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Cooperativa
1,8% a. m.(bônus de adimplência de 0,3%)	1,8% a. m.(bônus de adimplência de 0,3%)	1,8% a. m.(bônus de adimplência de 0,3%)
Capital de giro: sem carência Investimento fixo: até 2 meses Investimento misto: até 2 meses	Capital de giro: sem carência Investimento fixo: até 3 meses Investimento misto: até 3 meses	Capital de giro: sem carência Investimento fixo: até 3 meses Investimento misto: até 3 meses
Parcelamento: Capital de giro: 12 meses Investimento fixo: 24 meses Investimento misto: 18 meses.	Parcelamento: Capital de giro: 12 meses Investimento fixo: 24 meses Investimento misto: 18 meses	Parcelamento: Capital de giro: 12 meses Investimento fixo: 24 meses Investimento misto: 24 meses
Valor Financiado: Capital de giro: R\$ 2.000 Investimento fixo: R\$ 4.000 Investimento misto: R\$ 5.000	Valor Financiado: Capital de giro: R\$ 5.000 Investimento fixo: R\$ 8.000 Investimento misto: R\$ 10.000	Valor Financiado: Capital de giro: R\$ 3.000 Investimento fixo: R\$ 7.000 Investimento misto: R\$ 10.000

Quadro 06 Condições de Financiamento do CREDIGENTE

Fonte: CREDIGENTE, 2007

3.1.10 Taxas aplicadas aos valores financiáveis

As linhas de crédito oferecidas pelo CREDIGENTE são para capital de giro, capital fixo e capital misto, a uma taxa de juros de 1,8% ao mês, sendo 1% referente à taxa de juros e 0,8% referente à Taxa de Reinvestimento Social (TRS). Na antecipação da data do pagamento da parcela, é concedido um rebate de 0,3% na TRS, passando assim para 1,5% ao mês.

3.1.11 Agente de microcrédito

Esse programa depende em grande parte dos agentes de microcrédito, os quais, ao logo do processo, deveriam por princípio, construir uma relação personalizada com o cliente. A figura do agente representa a instituição (CREDIGENTE), indo de encontro ao cliente, se tornando um instrumento de inserção comunitária do programa, o que pode representar uma garantia de retorno do recurso emprestado.

O CREDIGENTE conta com o apoio de três agentes de microcrédito, os quais sendo responsáveis pelo atendimento ao cliente desde a proposta de solicitação do microcrédito, até o pagamento da última parcela do financiamento, por meio das visitas pós-crédito.

3.1.12 Fluxograma operacional

Segundo o CREDIGENTE, as etapas do processo de aquisição do microcrédito são:

(01) Solicitação do crédito - os interessados em adquirir financiamento por meio do Programa procuram a FUNSAT, munidos dos documentos pessoais necessários, preenchendo uma ficha cadastral (Anexo).

(02) Análise do crédito - o agente de microcrédito realiza uma visita ao local do empreendimento, levantando os dados do negócio e informações pessoais do cliente, ou seja, faz-se um levantamento sócio-econômico preenchendo um roteiro para posterior apresentação ao comitê de crédito, juntamente com a ficha de Parecer Técnico. As informações são enviadas ao Comitê de Crédito, o qual faz uma análise profunda das solicitações de crédito, fornecendo o seu parecer sobre a concessão ou não do crédito.

(03) Liberação do crédito - nessa fase, os colaboradores do Programa entregam os boletos bancários aos beneficiários do crédito, orientando-os sobre o pagamento mensal das prestações, as quais são realizadas em instituição financeira designada pelo CREDIGENTE.

(04) Acompanhamento-pós-crédito - o acompanhamento dos créditos concedidos é feito mediante visita aos empreendimentos, prestando serviços de apoio técnico e cobrança quando necessário. Nessa etapa, a parceria com o SEBRAE/MS tem sido no sentido do apoio aos tomadores de crédito do CREDIGENTE no que tange a consultorias individuais, cursos de capacitação, treinamentos, palestras gerenciais, orientações e aconselhamentos sobre gestão empresarial. O empreendedor ainda pode contar com o apoio à comercialização do produto, por meio da Feira da Gente.

O programa CREDIGENTE, juntamente com a FUNSAT trabalha com programas de capacitação do trabalhador, por meio de cursos técnicos e capacitantes. Esses cursos, também são oferecidos aos tomadores de crédito, quando há o interesse, ou mesmo quando não possuem conhecimento suficiente na área que pretendem trabalhar. Só então, depois da capacitação, é que o crédito é liberado ao empreendedor.

3.1.13 Feira da Gente

Por iniciativa da Fundação Social do Trabalho da Prefeitura Municipal de Campo Grande (FUNSAT) em parceria com o Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa (SEBRAE), ainda foi organizada a “Feira da Gente” em 2003, realizada aos sábados, na Praça Ary Coelho, em Campo Grande, com a participação dos empreendimentos solidários financiados pelo CREDIGENTE e Banco do Povo. A Feira da Gente oferece um sistema de rodízio entre os participantes do programa, com oportunidade de comercializarem seus produtos.

A feira conta com a participação de empreendedores atendidos pelo Credigente (Programa de Microcrédito Produtivo e Solidário), incubadoras municipais (ADCG), grupos produtivos da SAS (Secretaria Municipal de Assistência Social), artesãos da Fundac (Fundação de Cultura) e microempreendimentos do SEBRAE/MS, além de várias atrações culturais.

Pelas informações dadas pela Prefeitura entre os anos de 2003 a 2005, foram organizadas 40 edições da Feira da Gente cerca de 150 expositores, gerando um faturamento de R\$ 111.912,28 em produtos comercializados.

3.2 NATUREZA DOS TOMADORES DE CRÉDITO DO CREDIGENTE

O CREDIGENTE, como política pública tem se proposto a financiar e investir em microempreendimentos, cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho e em pequenas empresas, como alternativa de crédito popular para geração de trabalho, emprego e renda.

Foi possível, detectar, pelos dados obtidos, que até em 2008, que o atendimento do

CREDIGENTE tinha efetivamente se voltado para dois tipos de solicitação: feita individualmente por micro empreendimentos - especialmente aqueles que se enquadram em programas sociais da Prefeitura Municipal - e mais recentemente, realizada por iniciativa de associações, sindicatos e outras formas coletivas que envolvam micro e pequenos empreendimentos formais e informais.

3.2.1 Micro empreendimentos que solicitam o crédito de forma individual

De acordo com os dados disponibilizados pelo CREDIGENTE, em cerca de meia década, a política pública voltou-se, sobretudo, ao atendimento individual de micro empreendimentos, tendo sido contemplados 1071 deles até março de 2008.

3.2.1.1 Condição de informalidade dos tomadores de crédito individuais

Todos os tomadores de crédito (100% deles) contemplados individualmente até 2008 foram do setor informal e de origem urbana. Trata-se especialmente de trabalhadores que atuam por conta própria, embora também se atenda uma parcela menor de tomadores que estão se iniciando como empreendedores. Esse fato denota, em grande parte, a prioridade estabelecida na política pública municipal do microcrédito em vigor, de assistência social, no sentido de promover a inclusão sócio-econômica de um segmento até certo ponto, pouco integrado ao mercado capitalista. Essa ação tem sido proposta, como já foi colocado antes através de programas sociais específicos como o Programa Nacional de Geração de Renda (PRONAGER)⁹, Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e Programa de Apoio à Organização de Iniciativas de Comércio Popular. As

⁹ O Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER) é o resultado do acordo de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro, através do Ministério da Integração Nacional (MI) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO/ONU), com a interveniência da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o apoio técnico do IATTERMUND – Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo. O público alvo tem sido: (01) Desempregados e subempregados, aos pequenos produtores e suas famílias, aos trabalhadores do setor informal de baixa renda e com pouca qualificação profissional; (02) As pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social e aos grupos atendidos por programas de proteção social; (03) As comunidades atendidas por outros programas de desenvolvimento local, mesoregional e regional.

ações municipais relacionadas à política pública de microcrédito têm sido em grande parte, induzidas por programas de nível federal.

Embora não se tenha podido contar com as especificidades dessas atividades em cada um dos setores, pode-se inferir que esses empreendimentos refletem, em grande parte, a natureza do próprio setor informal da realidade brasileira. A falta de oportunidades no mercado de trabalho, diante das várias reestruturações na economia e inovações nos processos de produção, como lembra Torrens (2002) causam perdas sucessivas de emprego, transformando o pequeno negócio na saída para a sobrevivência. No caso de Campo Grande, essa situação tem se mostrado mais crítica, com o fortalecimento de uma economia regional baseada na predominância da atividade pecuária e agricultura moderna altamente mecanizada, pouco geradora de postos de trabalho. Some-se a isso, a relativa estagnação que conheceu o mercado urbano, durante os últimos anos, com relação à construção civil, após a passagem e avanço da fronteira agrícola para o Norte do país, deixando a cidade de Campo Grande à mercê do exercício da oferta de comércio e serviços especialmente para a população local e regional. O reaquecimento da economia urbana vem se dando, aos poucos, especialmente diante da implantação de um conjunto de usinas de álcool e das perspectivas otimistas atribuídas à produção de biocombustíveis no Estado.

O “setor informal” a exemplo do que vem ocorrendo no resto do Brasil, tem se imposto principalmente como forma de sobrevivência ao segmento social que a economia de livre mercado se mostra incapaz de integrar. E nesse sentido, a política pública de concessão de crédito a esse setor tem tendido, em muitos locais brasileiros, a se comportar como ação complementar às políticas tradicionais assistencialistas. O alerta é para que uma distribuição indiscriminada de crédito ao setor informal dessa natureza possa não implicar necessariamente no melhor desempenho econômico desses empreendimentos e nem trazer efetividade em processos de desenvolvimento local. Pode-se proporcionar muito mais, nesse caso, redistribuição de renda do que uma política efetiva de desenvolvimento.

O esforço realizado pela Secretaria Municipal do Trabalho de disseminação do CREDIGENTE nos bairros menos assistidos e de baixa renda, como relata ter feito o Poder Público por meio especialmente da SATUR, na medida em que não estimula os atores econômicos a se agruparem para se organizar e aprender coletivamente, para se empoderar do ponto de vista social, pouco deve contribuir para o protagonismo e criatividade desses

segmentos, no sentido da superação de seus problemas. Essa forma de agir do Poder Municipal caminha muito mais no sentido da política assistencialista de natureza redistributivista e de formalização e gestão individual dos empreendimentos assistidos, com apoio do SEBRAE.

Destaque deve ser feito, embora não tenha sido possível quantificar, ao crédito direcionado àquele segmento que se inicia em ações empreendedoras, por meio do “Programa de Incubadoras Municipais”. Este se distingue da política anterior, na medida em que procura abrigar e dar assistência temporária a esse segmento, capacitando grupos produtivos no sentido de ampliar suas potencialidades empreendedoras que melhor os habilitem a inserir-se e permanecer no mercado. Se todo o ser humano pode ser um empreendedor em potencial, como afirma Yunus (1997), mais do que redistributivista, a política de crédito deve se dar no sentido de favorecer o despertar dessas potencialidades criativas que amplie suas competências e protagonismo para garantir sua sustentabilidade. Nesse sentido, não basta a capacitação técnica produtiva do grupo setorial. O grupo poderá ganhar maior sustentabilidade se atuar em conjunto e de forma interativa com base num cenário desejado de futuro, dotado de ações de coordenação para controlar o próprio destino e inovar continuamente por meio da aprendizagem coletiva.

Incubadoras
Incubadora Municipal Estrela Dalva
Incubadora Municipal Mário Covas
Incubadora Municipal Santa Emília
Incubadora Municipal Zé Pereira

Quadro 07 **Incubadoras da Prefeitura Municipal em Campo Grande**
Fonte:Universia Brasil, março de 2005

As quatro incubadoras foram montadas para tratar de quatro atividades diferenciadas e se distribuem em bairros periféricos: (01) Bairro Zé Pereira - reúne empreendimentos ligados ao artesanato; (02) Bairro Mário Covas - atende empresas de confecção do vestuário; (03) Bairro Santa Emília - apóia empresas de alimentação; (04) conjunto Estrela Dalva I - reúne empresas ligadas à confecção de artigo em couro. O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande (PRODES) tem entre suas atribuições, a realização de parcerias entre Sindicatos de Confecção, Alimentos e Couro com as Incubadoras de Pequenas Empresas.

Além das incubadoras, foi criada em 2006, a Agência de Desenvolvimento de Campo Grande (ADCG) e uma secretaria municipal de Ciência e Tecnologia, além de se prever um pólo empresarial para acolher as empresas apoiadas.

Por outro lado, o Programa Nacional de Incubadoras (PNI) criado desde 1999, no Ministério de Ciência e Tecnologia e que apóia financeiramente essas iniciativas, surgiu para articular ações de diversas instituições num programa integrado de desenvolvimento das empresas incubadoras no país. Entretanto, em nível municipal inexistente um programa ou iniciativa de articulação das incubadoras do Município com as 03 outras incubadoras existentes nas principais universidades da cidade. As ações ainda se dão de forma isolada.

A Prefeitura Municipal tem sido promotora de outras ações de apoio aos micro e pequenos empreendimentos, mas que ainda não ocorrem de forma suficientemente integrada com as ações do CREDIGENTE. Iniciativas de cursos de qualificação profissional, por exemplo, têm sido oferecidas isoladamente por algumas secretarias, ou ainda pelo “Projeto Empreender”, este voltado a despertar e qualificar iniciativas empreendedoras nos diferentes bairros periféricos. Também o Projeto “Começar de Novo” voltado à qualificação profissional de pessoas de famílias de baixa renda ou desempregadas com idade igual ou superior a 35 anos, não tem sido executado numa relação direta com os outros programas afins e os promotores do CREDIGENTE. Nesse mesmo viés, pode-se incluir outro projeto de inclusão social “Mulheres em Ação”, para capacitar profissionalmente mulheres entre 20 e 45 anos que habitam bairros periféricos em situação de vulnerabilidade, como também o projeto “Liberdade Produtiva” para mulheres que cumprem pena em regime semi-aberto. Também não existe qualquer iniciativa de articulação entre as ações do CREDIGENTE com aquelas relativas ao Programa “Campo Grande Digital” de ampliação do acesso da população de baixa renda à Internet, visando atender cerca de 3 mil pessoas dos bairros periféricos.

Esse conjunto de iniciativas que renderam ao prefeito municipal o “Prêmio Prefeito Empreendedor estadual de 2006”, promovido pelo Sebrae, ainda que inovadoras no sentido de contribuir na indução a ações de desenvolvimento dos microempreendimentos, elas poderiam ser mais efetivas se não se fragmentassem como ações empreendidas nos diferentes setores da administração e convergissem para ações mais integradas entre si e com os agentes comunitários do CREDIGENTE e da SATUR.

As ações mais integradas dos vários programas de desenvolvimento social e econômico do Município poderiam contribuir para que o microcrédito não se transforme em simples ferramenta de apoio aos negócios produtivos, mas um elemento para o desenvolvimento da vida dos cidadãos inseridos no setor informal.

3.2.1.2 Natureza do negócio dos tomadores de crédito do setor informal

Os empreendimentos beneficiados foram classificados pela natureza do negócio - produção manufatureira/ artesanal, comércio ou serviço - assim como por sua localização na cidade - em função do endereço registrado no banco. Os dados (Gráfico 04) revelaram que mais de 2/3 desses tomadores de crédito do setor informal atuam em comércio e serviços na economia urbana. Só o comércio representou praticamente metade da natureza da atividade dos demandantes de microcrédito.

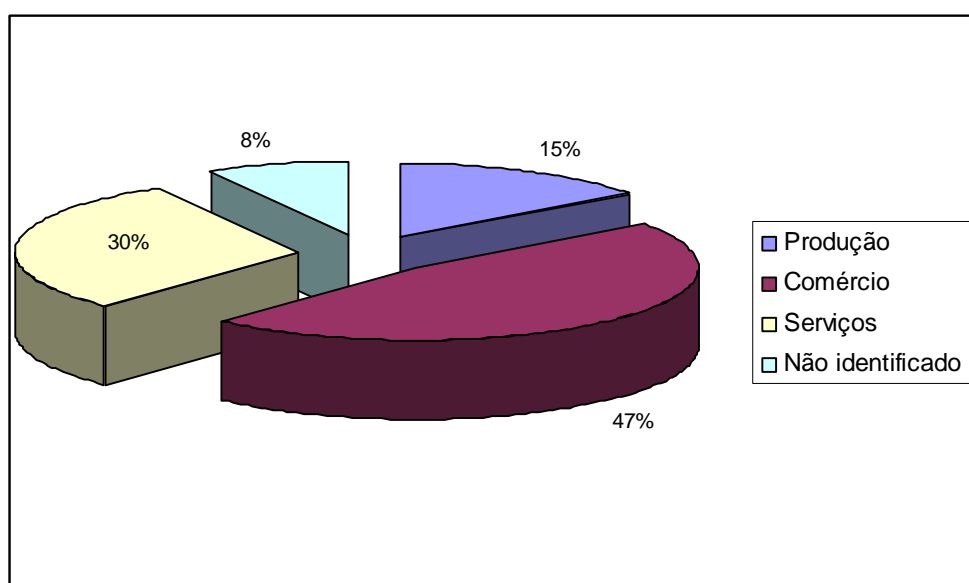


Gráfico 04 **Natureza do negócio dos tomadores de crédito do setor informal**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, março de 2008

* Não identificado por informações inexistentes no Banco de Dados do CREDIGENTE.

3.2.1.3 Finalidade do crédito para os micro empreendimentos do setor informal

O capital de giro tem sido segundo os dados do CREDIGENTE, a forma de crédito mais solicitada pelos integrantes do setor informal (Gráficos 05, 06 e 07). Enquanto no setor produtivo e de comércio esse tipo de demanda parta de cerca de 40% dos empreendimentos, o capital de giro foi objeto de demanda de 76% do tomadores de crédito envolvidos com atividades relacionada aos serviços, portanto de mais de 2/3 do total (Gráfico 06).

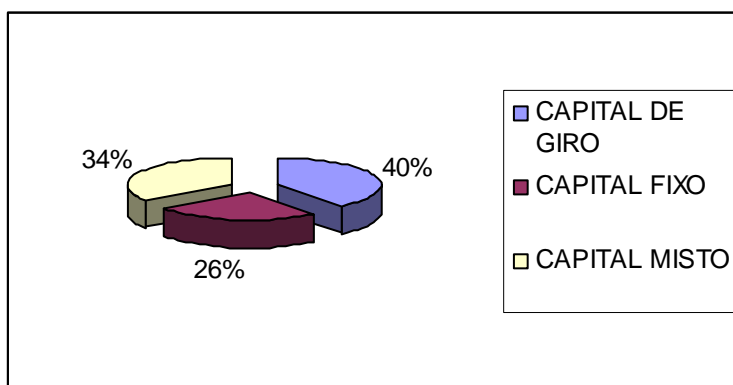


Gráfico 05 **Finalidade do crédito – setor produção**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

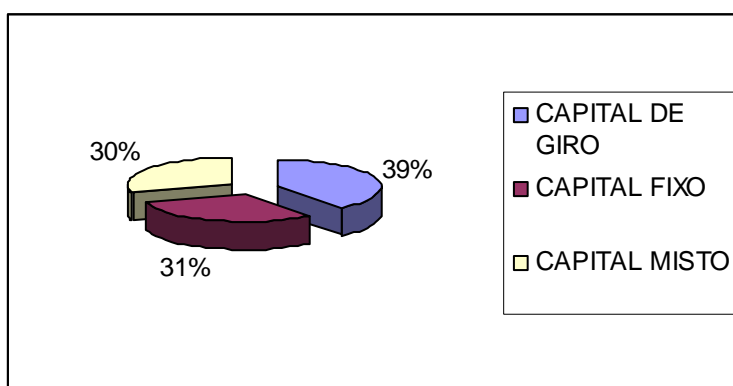


Gráfico 06 **Finalidade do crédito – setor serviços**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

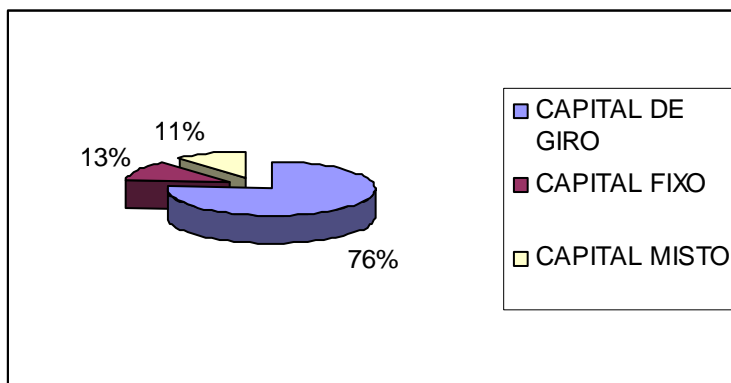


Gráfico 07 **Finalidade do crédito – setor comércio**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

3.2.1.4 Perfil dos tomadores que solicitam o crédito individualmente no setor informal

Buscou-se organizar e analisar os dados obtidos junto ao CREDIGENTE relativos ao perfil dos tomadores que solicitam o crédito individualmente, do setor informal, no que tange ao sexo, faixa etária, escolaridade e renda.

3.2.1.5 Sexo

O ambiente de trabalho informal constituído nos bairros periféricos de Campo Grande, como forma econômica de sobrevivência, a exemplo do que vem ocorrendo em todo Brasil, tem sido construído especialmente por mulheres, como forma alternativa de emprego e fonte complementar de renda.

Pode corroborar, nesse caso, a afirmação com Yunus (2000, p. 116) de que:

[...] a fome e a pobreza são mais uma questão das mulheres que dos homens. As mulheres são mais intensamente tocadas que os homens pela fome e a pobreza. Se um dos membros da família deve sofrer fome, tacitamente se admite que seja a mãe.

A presença das mulheres - conforme se pode vislumbrar pelos gráficos 08, 09 e 10 - como demandantes de microcrédito tem sido predominante em todos os setores. O destaque especial, por ordem de importância, tem sido no setor de serviços e de produção artesanal. Nas atividades relativas aos serviços o gênero feminino chega a representar 87% dos tomadores de crédito, enquanto que no setor de produção chega a atingir quase 80%.

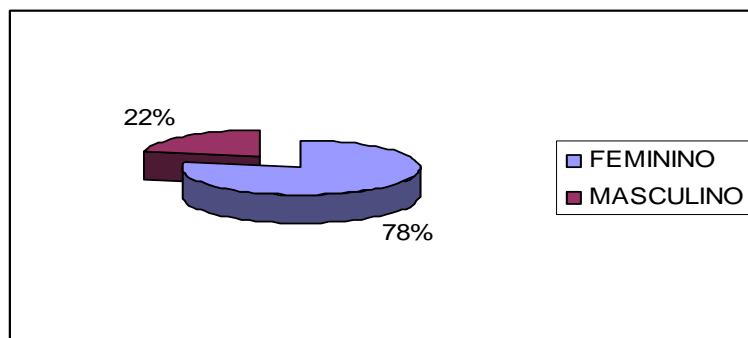


Gráfico 08 Sexo dos tomadores de crédito - setor produção

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

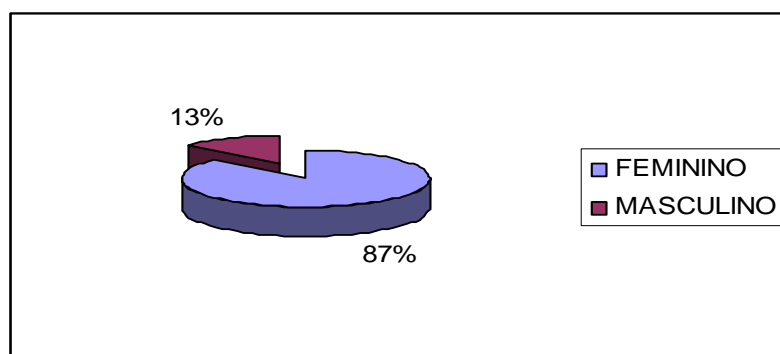


Gráfico 09 Sexo dos tomadores de crédito - setor serviços

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

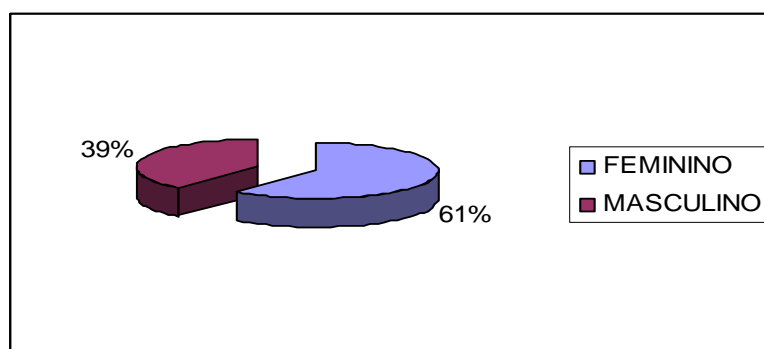


Gráfico 10 Sexo dos tomadores de crédito - setor comércio

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

3.2.1.6 Faixa etária dos tomadores de crédito do setor informal

Pode-se verificar nos Gráficos 11, 12 e 13 que a maioria dos entrevistados nos três setores fazem parte da faixa adulta, especialmente acima de 40 anos. Esse resultado mostra a

dificuldade de reinserção no mercado de trabalho para as pessoas com mais experiência.

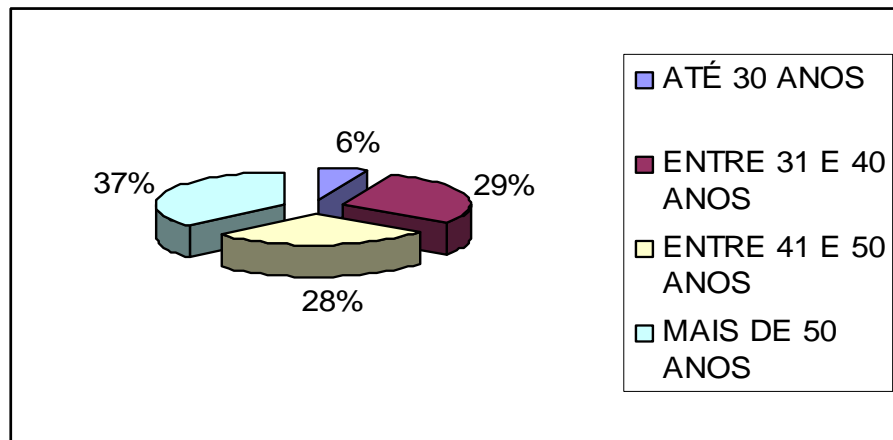


Gráfico 11 Faixa etária dos tomadores de crédito - setor produção

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

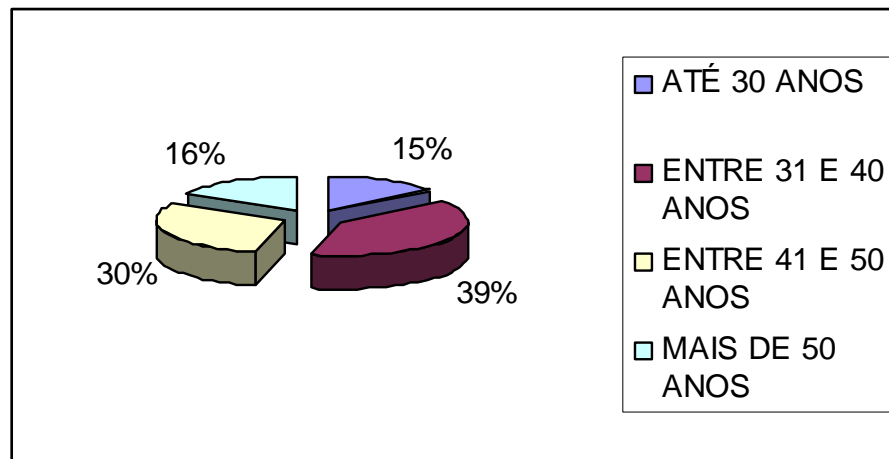


Gráfico 12 Faixa etária dos tomadores de crédito - setor serviços

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

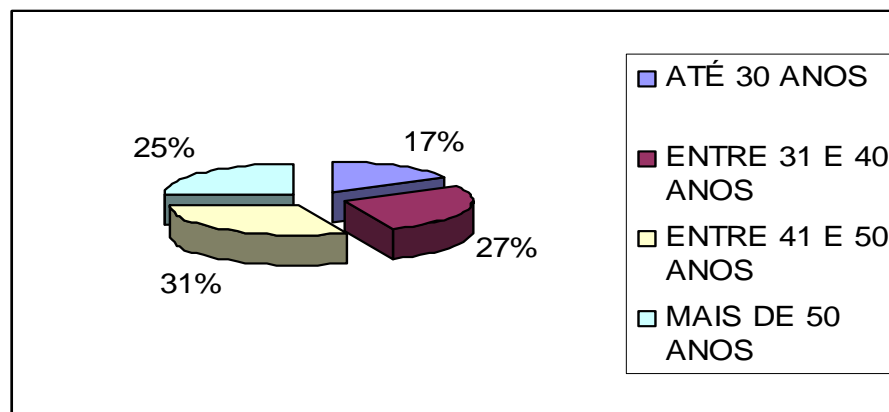


Gráfico 13 Faixa etária dos tomadores de crédito - setor comércio

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

3.2.1.7 Escolaridade dos tomadores de crédito do setor informal

Não se pode afirmar que a baixa escolaridade possa ser variável de grande peso no condicionamento da situação de informalidade vivida pelo segmento beneficiado pelo CREDIGENTE em Campo Grande, diante dos dados disponibilizados pelo CREDIGENTE em relação a seus tomadores de crédito.

No setor de produção, por exemplo, inexistem analfabetos, ainda que pouco mais da metade (53%) permaneça no nível de primeiro grau e, seus integrantes exibem maior nível de escolaridade. Do total, 34% atingiram o segundo grau e 9% o curso superior, mesmo incompleto (Gráfico 14).

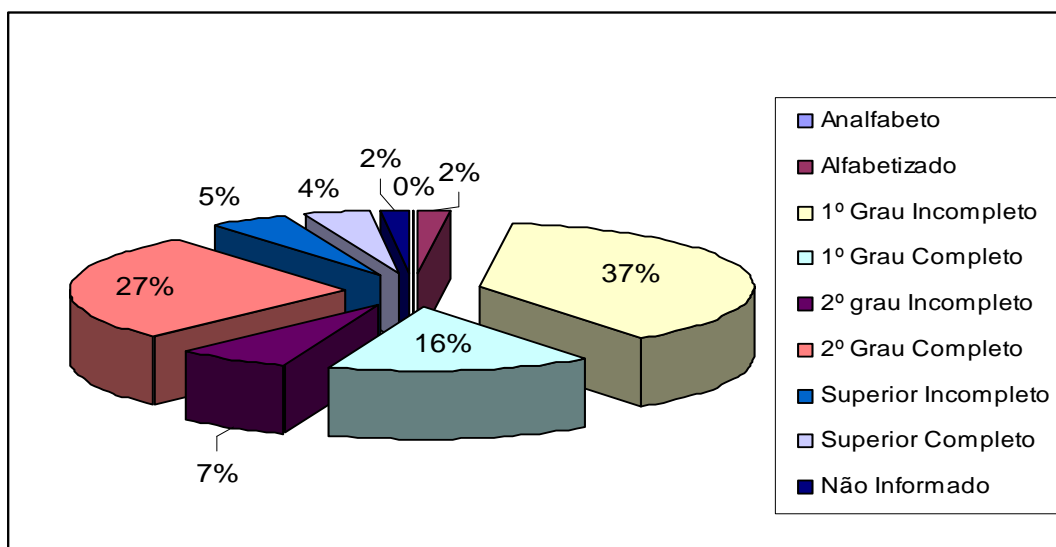


Gráfico 14 **Escolaridade dos tomadores de crédito no setor informal de produção**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

Os tomadores de crédito do setor comercial apresentam com o maior índice de escolaridade do nível superior (12%) e médio (36%). No nível primário incluem-se pouco menos da metade deles (48%). O índice de analfabeto não chega a 1% (Gráfico 15).

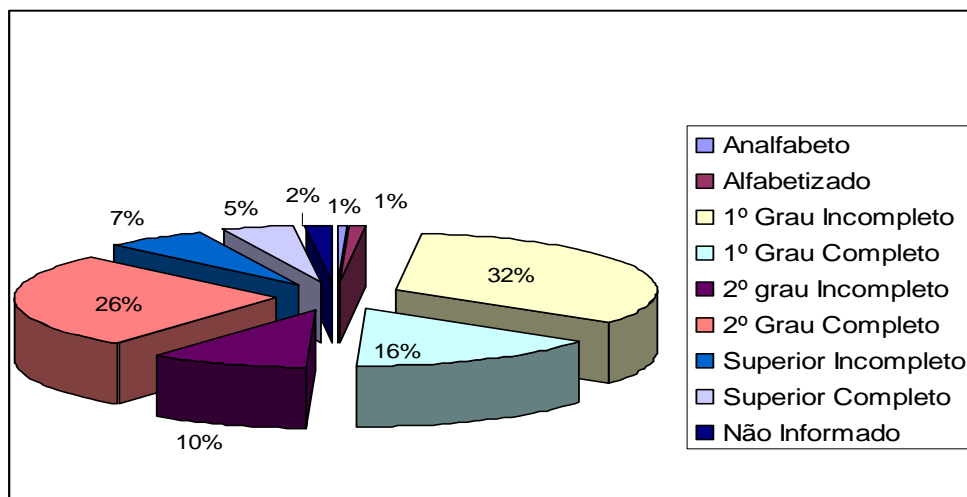


Gráfico 15 **Escolaridade dos tomadores de crédito no setor informal do comércio**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

O tomador de crédito do setor informal que se ocupa em atividades de serviços apresenta o nível de escolaridade mais baixo. Do total, 72 % não ultrapassam o nível primário, embora só exista 1% de analfabetos. Mesmo assim, 30 % inserem-se no nível secundário e o nível superior abrange a metade da proporcionalidade dos outros dois setores (Gráfico 16).

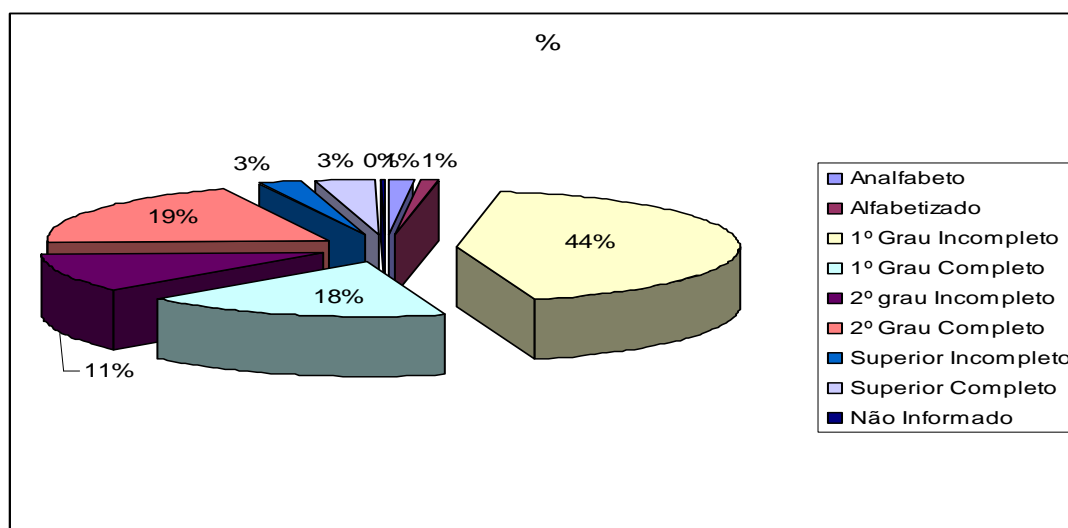


Gráfico 16 **Escolaridade dos tomadores de crédito no setor informal de serviços**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

De todo modo, o conhecimento exigido para o desenvolvimento social e econômico desses segmentos sociais não tem sido apenas aquele disseminado de forma

sistemática como conteúdo dos programas escolares. As capacidades, competências e habilidades exigidas, em grande parte, relacionam-se com conhecimentos construídos no processo da vivência profissional e do território vivido em coletividade, capazes de proporcionar respostas criativas e inovativas na superação de problemas vividos em comum. Esse tipo de conhecimento capaz de gerar inovação seja no produto, no processo produtivo, no na forma de gestão ou na descoberta de novos mercados, é construído coletivamente e por processos interativos dos atores que atuam em negócios correlatos, ficando incorporado nas pessoas e organizações do território. Essas competências territoriais, construídas nas atuais condições dadas pelo território em rede, somadas às capacidades de solidariedade e governança, têm se constituído no capital mais importante para garantir a sustentabilidade dos diferentes ambientes de vida no planeta.

3.2.1.8 Renda dos tomadores de crédito do setor informal

Os dados obtidos do CREDIGENTE contribuíram para corroborar a baixa renda dos tomadores de crédito do setor informal.

Essa condição é mais marcante, como se pode apreciar nos gráficos 17 e 18, nas atividades de produção e de serviços. Neles, cerca de 60% do micro empreendimentos beneficiados pelo CREDIGENTE auferem renda menor que R\$ 500,00, portanto mais baixa que o salário mínimo. O comércio, como se pode observar no gráfico 19, já traz tomadores de crédito com rendas pouco mais elevadas, com quase 70% deles percebendo ganhos superiores ao salário mínimo.

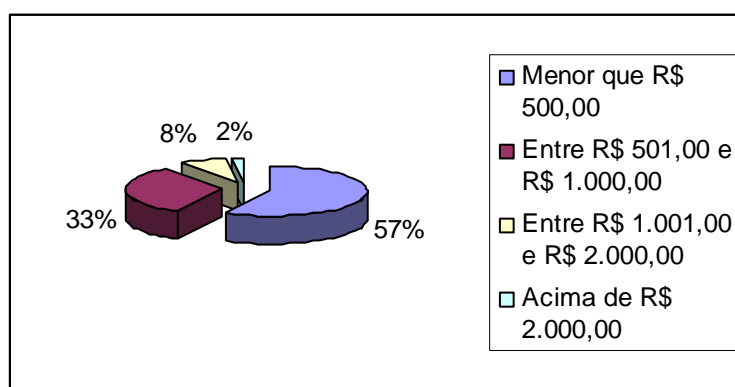


Gráfico 17 **Renda dos tomadores de crédito – setor produção**

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

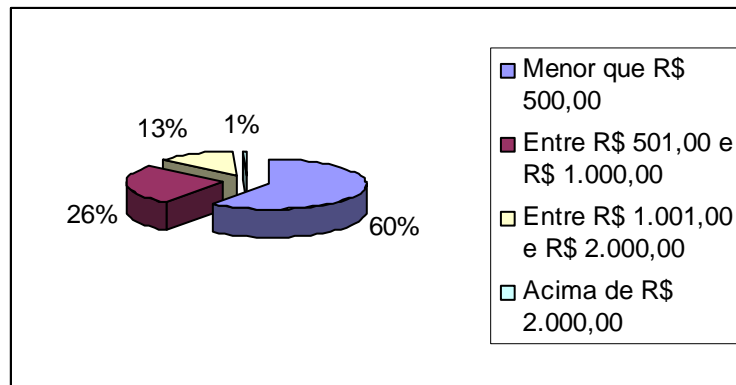


Gráfico 18 Renda dos tomadores de crédito – setor serviços

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

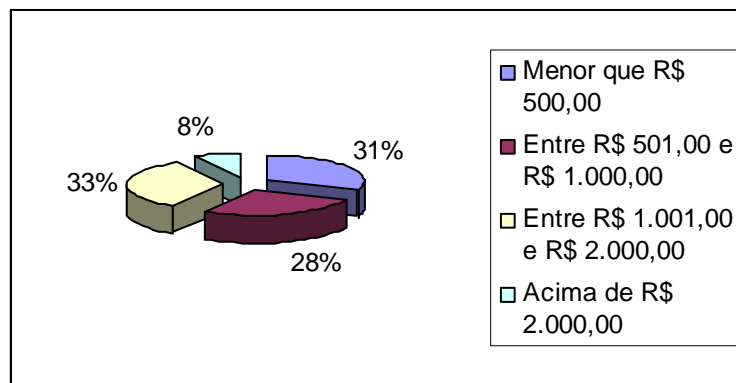


Gráfico 19 Renda dos tomadores de crédito – setor comércio

Fonte: Banco de dados CREDIGENTE, 2008

Essa situação retrata em grande parte a realidade brasileira de empresas no setor informal, demonstrada por pesquisa do IBGE (2003) de perda sucessiva, desde 1997, da capacidade de gerar lucro. As mais lucrativas dentre elas, em nível nacional, também têm sido aquelas relativas ao segmento de comércio e reparação.

3.2.2 Microcrédito distribuído às micro e pequenas empresas por demanda coletiva

A iniciativa de distribuir microcrédito individualmente aos micro e pequenos empreendimentos – formais e informais - mas por demanda coletiva, deu-se muito recentemente, em realidade, a partir de 2006.

Nesse caso, os dados dos tomadores de crédito e dos grupos beneficiados foram obtidos diretamente junto a eles por meio de questionários e complementados por documentos - como também por meio da visão dos tomadores de crédito, construída a partir de análise de entrevistas. Os questionários foram aplicados aos representantes de duas associações e um sindicato: Associação dos Vendedores Ambulantes de Campo Grande, Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande e Sindicato dos Mototaxistas de Campo Grande.

3.2.2.1 Tipos de iniciativas coletivas registradas

Vale destacar que, nesse caso, as iniciativas vêm partindo dessas formas associativas de micro e pequenos empreendimentos. Até março de 2008, haviam sido beneficiados empreendimentos de 03 iniciativas, duas de associações e uma de sindicato.

Associação dos Vendedores Ambulantes

O primeiro que se mobilizou no sentido de obtenção de créditos individuais por meio de solicitação coletiva, no ano de 2006, foi a Associação dos Vendedores Ambulantes de Campo Grande. Essa associação inclui os empreendimentos do “Centro Comercial Popular Marcelo Barbosa Fonseca”, popularmente conhecido como “Camelódromo”. Com 100 empreendimentos tomadores, teve como avalista a própria associação. Cada permissionário¹⁰ (empreendedor) ofereceu seu Box em alienação também como garantia. Nesse caso, o valor máximo dos créditos oferecidos, foi de R\$ 5.000,00 por empreendimento. A motivação para a criação da associação, segundo os empreendedores, foi a dificuldade em repor mercadorias, e o difícil acesso ao crédito em bancos tradicionais, já que uma parte significativa deles trabalham ainda na informalidade.

Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande

A Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande, por meio de sua representante se mobilizou em busca de uma linha de crédito junto ao CREDIGENTE. Com 40 empreendimentos tomadores, como no caso do camelódromo, também a própria associação é responsável pelo aval dos empréstimos. O motivo da procura pelo microcrédito

¹⁰ É o nome dado a cada empreendedor que possui um alvará de funcionamento do Box, da Prefeitura Municipal, pagando uma taxa mensal à administração da Associação.

foi a construção do estacionamento no local onde funciona a feira, já que cada feirante participou com recursos próprios para o mesmo e foram descapitalizados, utilizando então o microcrédito para repor mercadorias. Segundo sua representante a maior dificuldade em manter-se no mercado hoje seria uma falta de política pública específica para os pequenos empreendedores.

Sindicato dos Mototaxistas de Campo Grande

O Sindicato dos Mototaxistas de Campo Grande foi outro grupo abordado nessa pesquisa. Com 28 mototaxistas tomadores, ao contrário dos outros exemplos, nesse caso houve necessidade de aval individual, ou seja, cada tomador deve indicar seu avalista ao CREDIGENTE. O objetivo da busca ao microcrédito foi a renovação da frota de motos que circulam na capital. Procuraram então a Prefeitura Municipal que os indicou ao CREDIGENTE, criando assim uma linha de crédito específica para os mesmos.

No caso do sindicato dos mototaxistas, segundo seu representante, não houve apoio – no que tange a treinamento, formação, técnicas de gerenciamento - para o desenvolvimento e sustentabilidade do grupo.

Em contrapartida, na visão dos representantes dos dois primeiros grupos, o apoio tem sido fundamental para o bom andamento dos negócios. Contam desde seu início com o apoio do Sebrae, Prefeitura, Universidades e até de empresas privadas, por meio de treinamentos, assessoria, eventos para divulgação dos produtos e serviços, local de atuação – antes funcionavam em locais precários da cidade - entre outros.

O impacto do crédito nas vendas, contratação de mão-de-obra e lucros parece ter sido decisivo, na medida em que cresceu significativamente, segundo seus representantes.

3.2.3 Perfil dos tomadores que solicitaram crédito coletivamente

Buscou-se organizar e analisar os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários junto aos 03 Grupos relativos ao perfil dos tomadores que solicitam o crédito coletivamente, no que tange a condição de existência, natureza das atividades, sexo e faixa etária.

3.2.3.1 Condição de existência

No caso de micro empreendimentos que já estão organizados, dependendo da natureza e origem do grupo, foi possível notificar graus diferentes de incidência de empreendimentos formalizados.

Conseguiu-se observar no gráfico 20 que na Associação dos Vendedores Ambulantes (AVA), dentre os 100 tomadores de crédito, metade deles já passou para a situação de formalidade. Em realidade, originários de uma situação vivida como camelôs de rua, esses atores já vinham ganhando o apoio do Município há alguns anos, que resultou no conhecido “camelódromo” estruturado para atendê-los. A interlocução e parceria com o SEBRAE, em parte decorre desse processo. As últimas ações dessa organização junto à AVA vêm se dando no sentido de favorecer essa formalização. Portanto, eles vêm recebendo orientações técnicas para esse fim.

Em contrapartida, na Associação da Feira Central – com 40 tomadores – quase a totalidade dos empreendimentos ainda se encontra na condição de informalidade, destacando também que houve uma mudança de local de atuação, já que localizavam-se em uma rua de Campo Grande (Gráfico 21). No Sindicato dos Mototaxistas – com 28 tomadores – todos estão na situação de informalidade, pois tratam-se de profissionais autônomos prestando serviços para o Sindicato.

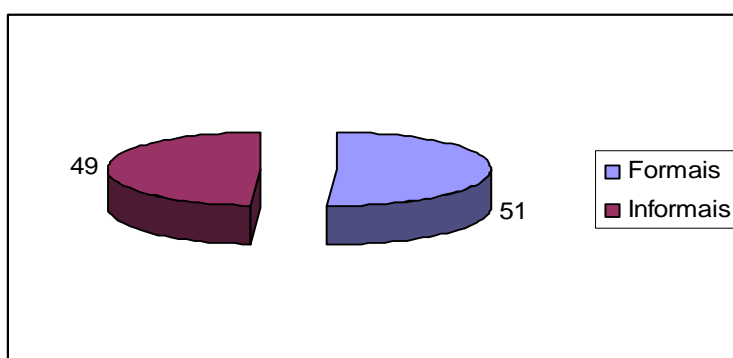


Gráfico 20 Condição de existência da Associação de Vendedores Ambulantes de Campo Grande

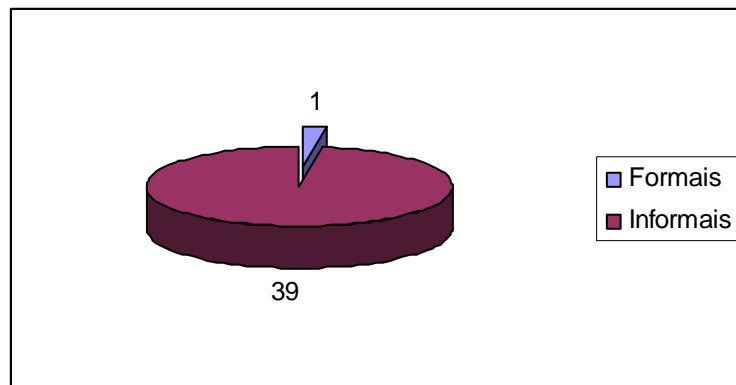


Gráfico 21 Condição de existência – Associação da feira central

3.2.3.2 Natureza das atividades dos grupos

Os empreendimentos beneficiados foram classificados pela natureza do negócio - produção manufatureira/ artesanal, comércio ou serviço. Os dados (Gráficos 22 e 23) revelaram que não existem empreendimentos que atuam no setor de produção, portanto, o total dos tomadores de crédito dos 03 Grupos se divide atuando no comércio e serviços. Destacando-se que no caso dos mototaxistas, em sua totalidade atuam no setor de serviços.

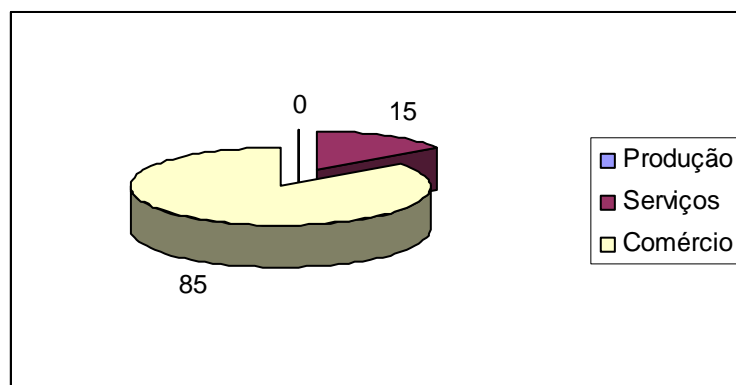


Gráfico 22 Natureza da atividade – Associação dos vendedores ambulantes

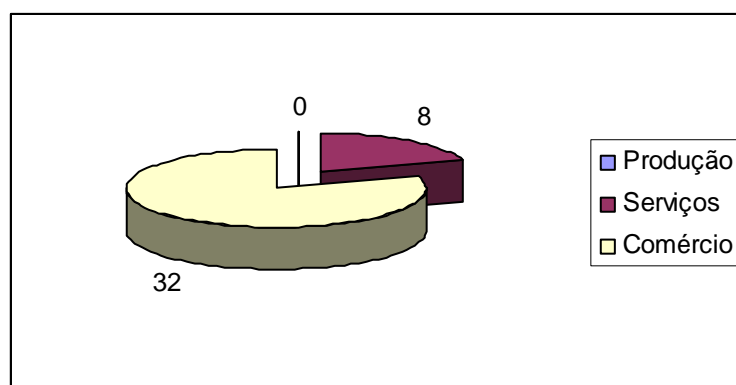


Gráfico 23 Natureza da atividade – Associação da feira central

3.2.3.3 Sexo

Conforme demonstram os Gráficos 24 e 25 existe um equilíbrio entre homens e mulheres em dois segmentos. Já no grupo dos Mototaxistas o sexo masculino predomina (Gráfico 26).

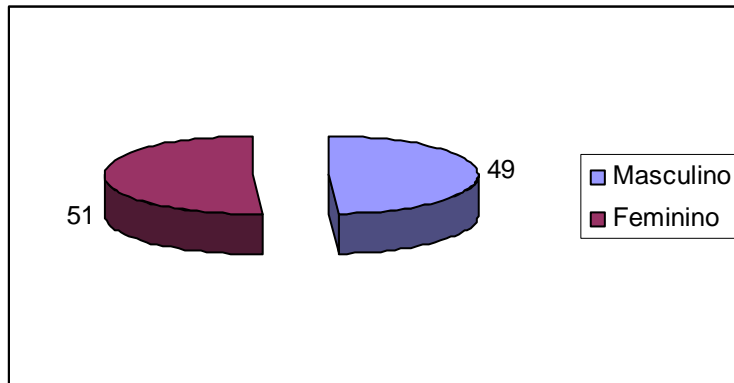


Gráfico 24 Sexo dos tomadores de crédito – Associação vendedores ambulantes

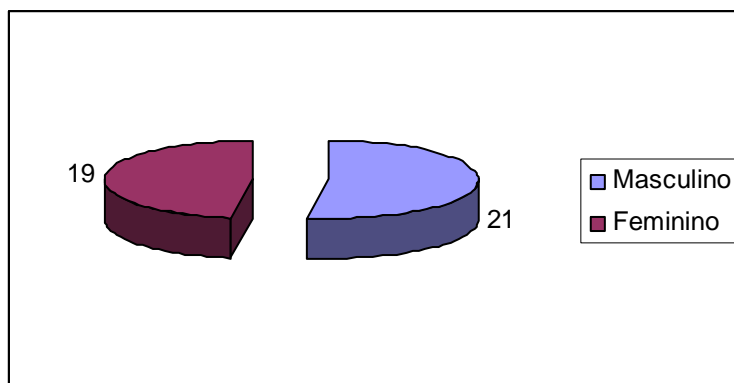


Gráfico 25 Sexo dos tomadores de crédito – Associação da feira central

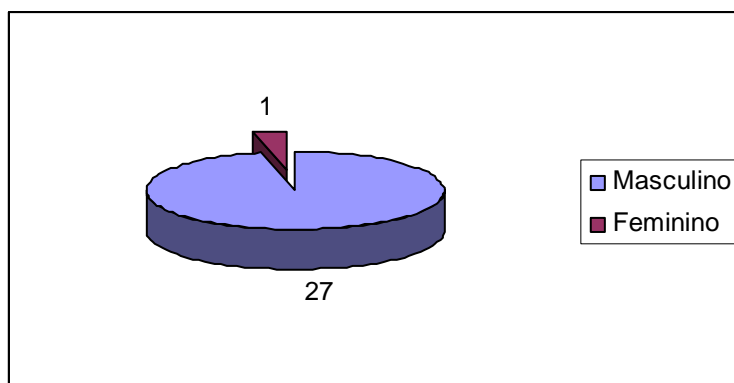


Gráfico 26 Sexo dos tomadores de crédito – Sindicato dos mototaxistas

3.2.3.4 Faixa etária

A idade predominante dos tomadores de crédito da Associação dos vendedores ambulantes é de até 30 anos (Gráfico 27). Na Associação da feira central o gráfico 28 mostra que há um equilíbrio na faixa etária, tendo uma leve predominância para os tomadores de crédito com mais de 50 anos. No grupo dos Mototaxistas a idade predominante está entre 31 e 40 anos (Gráfico 29).

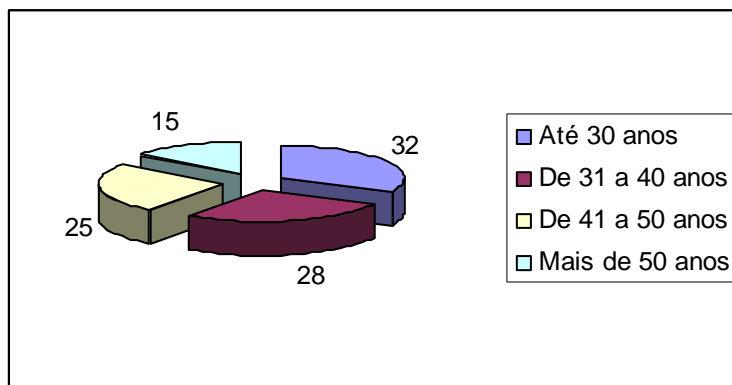


Gráfico 27 Faixa etária dos tomadores de crédito - Associação vendedores ambulantes

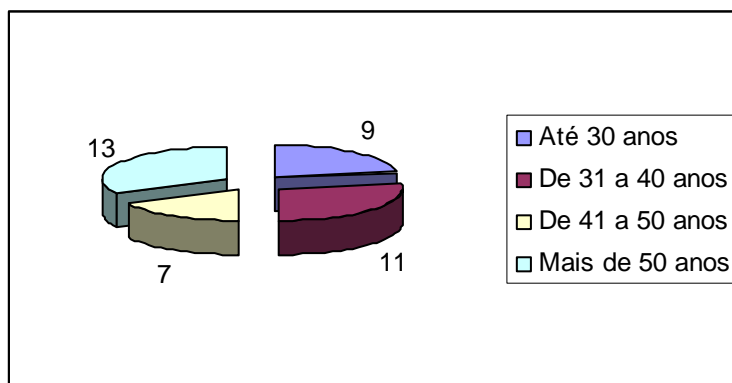


Gráfico 28 Faixa etária dos tomadores de crédito - Associação da feira central

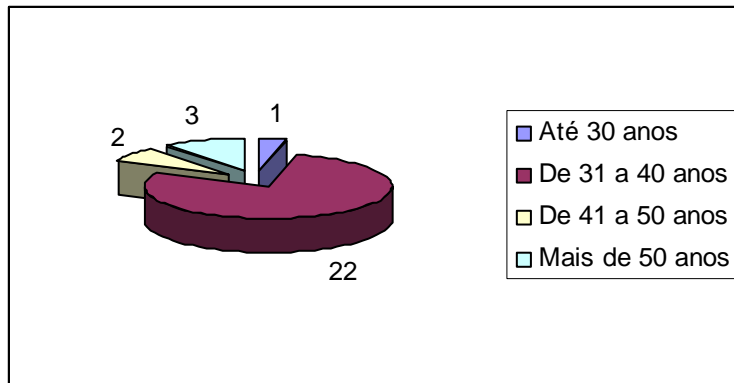


Gráfico 29 Faixa etária dos tomadores de crédito - Sindicato dos mototaxistas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho apresentado acima, quando confrontado à preocupação inicial da pesquisa, permite algumas inferências e, sobretudo considerações a respeito do Microcrédito, como política pública aplicada ao desenvolvimento e sustentabilidade de micro e pequenos empreendimentos em situação de pobreza e relativa marginalidade, especialmente no que toca às especificidades do território urbano de Campo Grande.

O estudo feito permite inferir que o entendimento da política pública praticada no território local é dotado de maior clareza, quando essa política é abordada nas diferentes escalas do território (nacional, estadual e municipal), como também ganha maior efetividade quando as ações realizadas nesses diferentes níveis conseguem se integrar.

Em realidade, ainda que a política pública municipal praticada por meio do CREDIGENTE seja decorrente de ações definida em nível nacional e mesmo estadual, não se observa uma ação claramente coordenada e harmônica dessa política municipal com as outras escalas.

As ações empreendidas em nível estadual, mesmo no território urbano de Campo Grande, também não tiveram rebatimento na política municipal e vice-versa. Como se pôde perceber, a política de Microcrédito mostrou-se mais inserida nos princípios da Economia Solidária na administração estadual do que na administração municipal.

O Estado priorizou o trabalho em grupos, esforçando-se na integração solidária dos atores, embora o mesmo esforço não tenha ocorrido na oferta do crédito a micro empreendimentos. Já a Política municipal notabilizou-se por reforçar a distribuição de crédito direcionado a micro empreendimentos do setor informal, sem portanto buscar aglutiná-los para o trabalho em grupo. E não atuou nem mesmo naqueles grupos que já haviam sido

organizados por apoio da política de Economia Solidária adotada em nível de política estadual. Pelo que se pode verificar, as duas escalas administrativas- Estado e Município - não estabeleceram diálogo e não se integraram na condução dessa política, o que pode ser interpretado como dispersão de energia .

Por outro lado, o Município tem apresentado um conjunto de iniciativas inovadoras no sentido da capacitação da população de baixa renda e de bairros em situação de vulnerabilidade, assim como de empresas consideradas estratégicas, sem, no entanto, promover ações efetivamente integradas entre essas iniciativas. Empreenderam essas iniciativas, em quase todos os casos, com parcerias estabelecidas com organizações privadas e de Estado em nível federal e mesmo estadual. Entretanto, as ações ainda se dão de maneira ainda pulverizada.

Vale afirmar, nesse sentido, que as ações empreendidas pelo Estado ainda não ganharam caráter sistêmico, por falta de efetividade nas articulações promovidas tanto em sentido horizontal - no âmago do aparelho administrativo do Município - como em sentido vertical -entre as diferentes escalas administrativas. No entanto, o sistema planetário constituído como mundo em rede, assim como o sistema territorial do Estado Nacional brasileiro necessitam de ações complexas e integradas na solução de seus problemas.

As ações integradas, por seu turno, também precisam ser incentivadas junto aos tomadores de crédito. A política de indução à solidariedade cooperativa e do aprendizado coletivo e de criação de sistemas de governança, na medida em que empoderam e proporcionam protagonismo e capacidade inovativa das coletividades econômicas, se formulada simultaneamente à política do Microcrédito, pode contribuir para ampliar a eficácia no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, tanto informal como formalizado. A simples distribuição indiscriminada de crédito a empreendimentos do setor informal não tem sido suficiente para lhes garantir maior competência e sustentabilidade, podendo-se recair numa simples política assistencialista redistributivista, no lugar de promover o desenvolvimento local.

A cautela deve se dar no sentido de uma política de microcrédito capaz de reverter a exclusão social, eliminando, nesse sentido o grande fosso entre a dimensão econômica e social, transformando a cooperação numa forma de aliança estratégica e num elemento motor na sustentação dos empreendimentos beneficiados. A solidariedade e o

aperfeiçoamento dos saberes coletivos, associado ao protagonismo dos atores, podem torná-los cada vez mais capazes de assumir rumos alternativos para o futuro.

No entanto, a estrutura e os princípios normativos do CREDIGENTE representaram avanços na política creditícia municipal, especialmente porque ela desentrouva a relação com a sociedade civil, especialmente com o segmento de baixa renda. Consegue-se demonstrar através das ações do CREDIGENTE que é possível uma política social de banco, colocando como principal desafio o desenvolvimento, no lugar da capacidade de pagamento do tomador. De toda forma, é um trabalho de construção que não tem fórmulas prontas e se constrói no caminhar. Ele rompe paradigmas e cria uma nova cultura de crédito voltado a reverter situações de desigualdade, não em forma de caridade, mas de oportunidade. É ainda mais uma forma de se dar resposta à imprevisibilidade do mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Sérgio Darcy da Silva.; SOARES, Marden Marques. **Democratização do crédito no Brasil: principais desafios: atuação do Banco Central**. 2003. Disponível no site: www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/democrat.pdf. Acesso em: 06 de mai. de 2007, 22h 30' 45".

ARAUJO, Paulo S. Szukala. **Programa Prove-Pantanal**. In Estudos de Caso. Lima: Caso IPES- Centro de Recursos para a América Latina y el Caribe em Agricultura Urbana y Seguridad Alimentaria, 2006.

ARRUDA, Marcos. *A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade*. Entrevista publicada na revista **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, vol. 12, nº1, Junho 2002.

ARRUDA, Marcos. **A cultura da sócioeconomia solidária**. Artigo disponível no site: www.pacs.org.br/artigospublicacao. Acesso em 15 de jul. de 2007, 13h 52' 30".

ÀVILA, Vicente F. de et alii. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

_____. *Pressupostos para formação educacional em Desenvolvimento Local*. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: UCDB, v.1, n.1, p.63-76, setembro de 2000.

_____. **Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL)**. Disponível no site: www.ucdb.br/desenvolvimentolocal. Acesso em: 05 de mar. de 2006, 9h 42' 30".

BARONE, Francisco Marcelo. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível no site: www.comunidadesolidaria.org.br. Acesso em: 22 de agos. de 2006, 10h 40' 15".

BARONE, Francisco Marcelo; ZOUANIN, Deborah Moraes. **O papel do Estado como formulador e indutor de uma política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social**. Disponível no site: www.ijj.derecho.ucr.ac.cr. Acesso em: 06 de ago. de 2006, 22h 04' 30".

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território**. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro, UERJ, 2002. Disponível no site: www.capitalsocialsul.com.br. Acesso em 23 de set. de 2007, 13h 14' 26".

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORRAGIO, José Luis. *Distintos conceitos para o entendimento da economia solidária*. Entrevista publicada na revista **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, vol. 12, nº1, Junho 2002.

COSTANTIN, Paulo Dutra. **Externalidades positivas da renda básica e do micro-crédito na economia capitalista**. Disponível no site: em www.ijj.derecho.ucr.ac.cr. Acesso em: 06 de ago. de 2006, 01h 24' 12".

CRUZ, Antônio. **As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil**: as tendências estruturais do mercado de trabalho. 2001. Artigo disponível no site www.geocities.com.br/mcrost07. Acesso em: 16 de jul. de 2007, 14h 45' 32".

CYPAS, Daniel & YAZAKI, Marcelo. **Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária (PROVE) do Estado do Mato Grosso do Sul**. In Projeto Conexão Local II. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Gestão social e transformação da sociedade**. Artigos On Line. São Paulo, 18 p. 2000. Disponível no site: www.dowbor.org/artigos.asp. Acesso em: 07 de ago. de 2006, 17h 56' 25''.

DROR, Y. **Public policymaking re-examined**. San Francisco: Chandler, 1968.

FERREIRA SÁ, Carlos Augusto. **Economia solidária em Mato Grosso do Sul: desafios e possibilidades**. 2005. 58 f. Monografia. (Pós graduação em Gestão Empresarial e Recursos Humanos) - UNAES- Centro Universitário de Campo Grande. Disponível no site: www.bib.unaes.br. Acesso em 16 de nov. de 2007, 15h 26' 32''.

FONTES, Angela et al. **Expansão do setor de microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais*. Artigo publicado na revista **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, vol. 12, nº1, Junho 2002.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. In Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, v. 21. 2000.

FROMM, Erich. **A revolução da esperança, por uma tecnologia humanizada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

FUNSAT. **CREDIGENTE. Uma experiência pública de microcrédito**. Funsat/Sebrae. Campo Grande. 2006.

FUNSAT. Banco de dados cadastrais dos tomadores de crédito (Relatório Geral). Campo Grande, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** In CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GALLICCHIO, E., CAMEJO, A. 2005. *Desarrollo Local y Descentralización en América Latina – nuevas alternativas de desarrollo.* II Cumbre Iberoamericana por el Desarrollo Local/Regional y la Descentralización.

GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL. **Banco do Povo-MS.** Disponível no site: www.bancodopovoms.org.br. Acesso em 17 de out. de 2006, 22h 30' 12".

HECKERT, Sônia Maria Rocha. **Emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho:** a participação da Universidade. - Mercado de Trabalho. Texto para discussão. Agosto 2004. Disponível no site: www.ipea.gov.br. Acesso em: 10 de out. de 2006, 22h 14' 50".

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Economia Informal Urbana.** 2003. Disponível no site: www.ibge.gov.br. Acessado em 20 de março de 2008. 11h 15'.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do século XX.** 2003. Disponível no site: www.ibge.gov.br. Acessado em 25 de nov. de 2006. 11h 42' 35".

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). Ipeadata. Disponível no site: www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 23 de nov. de 2006, 22h 14' 02".

JOYAL, André; MARTINELLI, Dante P. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** São Paulo: Manole, 2004.

KALECKI, Michael. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas.** Jorge Migliori (org.) (Coleção economia e planejamento: Série teoria econômica). São Paulo: Hucitec, 1977.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Disponível no site: www.caritasbrasileira.org/textos/populares.pdf. Acesso em 08 de ago. de 2006, 14h 23' 45".

LA VILLE, Jean-Louis . **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LE BOURLEGAT, Cleonice A. *Ordem local como força interna de desenvolvimento*. **Interações Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande, v. 01, nº 01, p. 13-20, set. 2000.

_____. **Rural e urbano na complexidade do território**. In X SIMPURB, novembro de 2007. Disponível em CD.

LECHAT, Noëlle M. P. *Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?* **In Revista de Ciências Sociais** Ano 2 (01), junho de 2002. p. 123-140.

LINDBLOM, Charles E. (1985). **O processo de decisão política**. Brasília: UNB, 1985.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000. 220p.

_____. **Redes de economia solidária e sustentabilidade**, 2002. Disponível no site: www.milenio.com.br/mance. Acesso em 22 de jun de 2007, 13h 24' 25".

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005. Brasília, 2006, 60p.

NASCIMENTO, Cláudio. *Autogestão e economia solidária. Outros Valores*. **Cadernos da Cidade do Futuro**. Florianópolis, v. 1, n. 2, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo, Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/ EAESP/FGV, 2001. Disponível no site: www.polis.org.br. Acesso em: 07 de ago. de 2006, 21h 47' 49".

OSZALAK, Oscar & O'DONNELL, Guillermo. **Estado y políticas estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación.** Buenos Aires: CLACSO, 1976.

PASSOS et al, Alessandro P. *Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças no Mercado de Trabalho.* **Revista Conjuntura e Análise** (18), fevereiro de 2002

PEREIRA, Marcel de Queiróz. **O microcrédito como estratégia de combate às desigualdades e sua implementação no Brasil.** 2002. 66 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível no site: www.iets.inf.br. Acesso em 06 de ago. de 2006, 14h 25' 48".

PINHEIRO, Marcos Antonio H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** Brasília: Banco Central, 2006.

POCHMANN, Márcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites.** Nota Técnica. IPEA - Mercado de Trabalho, agosto de 2004. Disponível no site: www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt. Acesso em: 16 de jul. de 2007, 00h 08' 45".

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Carlos Alberto. **Programas federais de apoio aos pequenos investimentos: justificativas, características e balanço preliminar.** Brasília: IPEA, fev. 1998. 26 p. (Texto para discussão nr. 546). Disponível no site: www.ipea.gov.br. Acessado em 23 de nov. de 2006. 23h 54' 14".

REZENDE, Marise de Carvalho. **Análise comparativa dos resultados das liberações pelas linhas de microcrédito (CREDIGENTE e Banco do Povo) para pequenos empreendimentos em Campo Grande MS, (Julho/2003 a Julho/2004).** 2004. 67 f.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2004.

SALM, Cláudio. **Estagnação econômica e exclusão social**. Disponível no site: www.redcelsofurtado.edu.mx. Acesso em: 01 de ago. de 2006, 20h 16' 29".

SANT'ANA, Silvio R. *Resposta de documento de consulta* (da Fundação Grupo Esquel Brasil). In *Expansão do Microcrédito no Brasil: 5ª Rodada de Interlocação Política*. Conselho de Comunidade Solidária, 2001.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**. 2004. Disponível no site: www.ms.sebrae.com.br. Acesso em 24 de nov. de 2006, 00h 06' 30".

_____. *Breve histórico do Microcrédito no Brasil*. Disponível no site: http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/microcredito_2004.asp, em 2004. Acesso em 23 de ago. de 2006, 23h 45' 23".

_____. **O papel do Microcrédito no desenvolvimento econômico e social**. Disponível no site: www.sebrae.com.br/parasuaempresa/microcredito. Acesso em: 01 de ago. de 2006, 19h 40' 23".

SILVA, Marcelo Roque da. **O papel do micro-crédito e das micro-finanças como instrumentos de redução da pobreza**. In VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

SINGER, Paul. **Economia solidária: a outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. **Economia solidária: uma estratégia de desenvolvimento e inclusão**. Disponível no site: www.mte.gov.br. Acesso em 22 de jun de 2007, 08h 59' 25".

_____. **Economia Solidária:** um modo de produção e distribuição. In: _____. SINGER, A. Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil.** In: SANTOS, B. de S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. (Coleção: Os Economistas. Abril Cultural). São Paulo, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In VÁRIOS. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOSCANO, Idalvo. **Microcrédito:** da iniciativa local ao centralismo estatal. São Paulo: Instituto Polis, 2006.

_____. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário.** São Paulo: Instituto Polis, 2004

TORRENS, Antonio Carlos. **O (des)compasso entre a modernidade global e a realidade local:** a SIEMENS de IRATI/PR- um estudo de caso. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (91), 1 de agosto de 2002

VERARDO Luigi. **Transformações no mundo do trabalho e economia solidária.** Texto para discussão. Agosto 2004. Disponível no site: www.ipea.gov.br. Acesso em: 08 de ago. de 2006, 09h 12' 10".

VOGT, Carlos. **Políticas públicas: proteção e emancipação.** In Comciência, outubro de 2002.

WEBERING, Susana. **Conhecendo a realidade da Economia Solidária:** o mapeamento de empreendimentos. In II ENEDS Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 16 e 17 de Novembro de 2005.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 1997.

APÉNDICES

**APÊNDICE 1
QUESTIONÁRIO 1**

Programa de Microcrédito CREDIGENTE – Campo Grande MS

Data:

____/____/____

Valor do Empréstimo R\$ _____ Quantidade de Parcelas: _____.

<p>I – Empresa – Perfil</p> <p>1 – Ramo de atividade _____</p> <p>() Indústria () Comércio () Serviços</p> <p>2 – Pessoa Jurídica () Há quanto tempo? () menos de 6 meses () 1 a 2 anos () 6 a 12 meses () + de 2 anos</p> <p>Pessoa Física () Pretende formalizar? () sim () não</p> <p>3 – Número de funcionários: () Somente o proprietário () Empresa familiar. Quantos? _____ () 1 a 2 funcionários () 3 a 5 funcionários () + de 5 funcionários</p> <p>4 – Tempo de atividade () – de 1 ano () 1 a 3 anos () 3 a 5 anos () + de 5 anos</p>	<p>III – CREDIGENTE</p> <p>9 – Os recursos emprestados foram destinados a: () Capital de giro _____ () Investimento Fixo _____ () Investimento Misto _____</p> <p>10 – Já recebeu outros empréstimos? () Não () Sim. Onde? _____</p> <p>11 – Como ficou sabendo do CREDIGENTE? () TV/Rádio () Amigos () Meios Impressos () Outros: _____</p> <p>12 – Depois de aplicados os recursos, o Sr.(a) considera que:</p> <table border="1" style="width: 100%; text-align: center;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Aumentaram</th> <th>Diminuíram</th> <th>Manteve-se</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Vendas</td> <td>()</td> <td>()</td> <td>()</td> </tr> <tr> <td>Contratação</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Mão de obra</td> <td>()</td> <td>()</td> <td>()</td> </tr> <tr> <td>Lucros</td> <td>()</td> <td>()</td> <td>()</td> </tr> </tbody> </table> <p>13 – Paga as parcelas com pontualidade? () Já pagou todas () Está em dia () Está inadimplente. Motivo: _____</p> <p>14 – O Sr.(a) recebeu a visita do agente de microcrédito antes de receber os recursos? () Não () Sim. Qual sua opinião? () Muito bom () Bom () Regular () Ruim</p> <p>15 – Depois de receber os recursos o Sr.(a) recebeu a visita de algum consultor? () Não () Sim</p> <p>15.1 De onde? () CREDIGENTE () Sebrae () Outro _____</p> <p>15.2 Qual sua opinião? () Muito bom () Bom () Regular () Ruim</p> <p>16 – O Sr.(a) pretende, depois de concluído o pagamento do microcrédito, solicitar novos empréstimos? () Sim Onde: () CREDIGENTE () Outra _____ () Talvez. Depende de que? _____ () Não. Por quê? _____</p> <p align="center">OBRIGADA POR SUA COLABORAÇÃO!</p>		Aumentaram	Diminuíram	Manteve-se	Vendas	()	()	()	Contratação				Mão de obra	()	()	()	Lucros	()	()	()
	Aumentaram	Diminuíram	Manteve-se																		
Vendas	()	()	()																		
Contratação																					
Mão de obra	()	()	()																		
Lucros	()	()	()																		
<p>II – Empresário - Perfil</p> <p>5 – Sexo: () Masculino () Feminino</p> <p>6 – Idade () – de 20 anos () 21 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () + de 50 anos</p> <p>7 – Grau de instrução () I grau incomp () I grau completo () II grau incomp () II grau completo () III grau incomp () III grau completo () Pós graduação ou mestrado</p> <p>8 – Possui algum curso de formação na área de sua empresa? () Não () Sim. Qual? _____</p>																					

APÊNDICE 2 QUESTIONÁRIO 2

Programa de Microcrédito CREDIGENTE – Campo Grande MS

Data:

____/____/____

I – Perfil do Grupo

1 – Tipo de representação formal

Associação (nome): _____

Cooperativa (nome): _____

Sindicato (nome): _____

Outros (nome): _____

2 – Quantidade de empreendimentos integrantes do grupo:

3 – Tempo de existência do grupo: _____

4 – Local de atuação do grupo:

Rua _____ no _____

Bairro _____

5 – Destino do Produto/Serviço do grupo:

Mercado Local

Mercado Regional

Outros: Qual? _____

II – Microcrédito do CREDIGENTE

6 - O que levou seu grupo a procurar o financiamento no CREDIGENTE?

A iniciativa foi do grupo

O grupo foi procurado pelo CREDIGENTE

Outro. Descreva como se deu: _____

7 – O que motivou a criação do empreendimento?

Vontade de ter o próprio negócio

Alternativa de emprego

Fonte complementar de renda

Facilidade de acesso a financiamentos

Motivação de entidades sociais (filantrópicas, religiosas, do governo)

Outro. Qual? _____

8 – Depois de aplicados os recursos do microcrédito, considera que:

	Aumentou	Diminuiu	Manteve-se
Vendas	(____)	(____)	(____)
Contratação			
Mão de obra	(____)	(____)	(____)
Lucros	(____)	(____)	(____)

09- Principais dificuldades encontradas no negócio (todas aquelas nas quais se inclui):

comercialização

produção (problemas técnicos no processo produtivo)

profissional (experiência técnica e / ou administrativa)

informalidade do negócio

financiamento

Outro. Defina: _____

10- Já contou com apoio de organizações? (Cite todas)

Sebrae. Tipo de apoio: _____

Incubadora Tecnológica. Qual? _____

Tipo de Apoio: _____

Ação Social/Comunitária do Município.

Tipo de apoio: _____

Rede/Fórum de Economia Solidária.

Responsável: () Estado () Município

Tipo de apoio: _____

Universidade. Qual? _____

Tipo de apoio: _____

11 Ainda conta com o apoio de alguma entidade?

Sim. Qual? _____

Tipo de apoio:

Mobilização para maior solidariedade dentro do grupo

Formação/ capacitação profissional (técnica ou gerencial)

Diagnóstico e planejamento

Assessoria em marketing/ comercialização

Assessoria na formalização ou registro das empresas

Outro. Defina: _____

Não conta com nenhum apoio.

III – Perfil dos Integrantes do grupo

12 – Condição de existência dos empreendimentos:

Formal (Qtde): _____

Informal (Qtde) : _____

13 – Natureza das atividades do grupo:

Produção (Qtde): _____

Serviço (Qtde): _____

Comércio (Qtde): _____

14 – Sexo dos responsáveis pelos empreendimentos:

Masculino (Qtde) _____

Feminino (Qtde) _____

15 – Idade predominante nos grupos:

Até 30 anos (Qtde): _____ De 31 a 40 anos (Qtde): _____

De 41 a 50 anos (Qtde): _____ Mais de 50 anos (Qtde): _____

OBRIGADA POR SUA COLABORAÇÃO!

